



UNIDAS LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 75.609.123/0069-11 | SEDE: Rua João Chede, nº 3.136



52 Anos

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 apresentou um ambiente macroeconômico desafiador, e através da disciplina na alocação de capital e do foco contínuo em eficiência operacional, executamos nosso planejamento estratégico com consistência, entregando resultados sólidos e geração de valor para o acionista. Encerramos o período com 115,2 mil ativos em nossa frota. No trimestre, a Receita Líquida teve um crescimento de 23,4% comparado ao mesmo período do ano anterior, somando R\$ 2,0 bilhões, sendo R\$ 1,0 bilhão em Locação e R\$ 1,0 bilhão em Venda de Ativos Seminovos. No ano, a Receita Líquida foi de R\$ 7,3 bilhões, aumento de 12,6% principalmente representado pelos segmentos de locações. No quarto trimestre de 2025, o EBITDA da Companhia atingiu R\$ 677 milhões, crescimento de 7,7% versus o 4T24. A margem EBITDA de Locação foi 66,8%, aumento de 0,5 p.p. em relação ao 4T24. Em 2025, o crescimento foi de 12,0%, totalizando R\$ 2.668 milhões e margem de 67,9%, aumento de 2,6 p.p. versus 2024.

O Lucro Líquido foi impactado por um ambiente macroeconômico caracterizado pela taxa de juros elevada, somando R\$ 10 milhões no trimestre e R\$ 6 milhões no ano. A alavancagem, uma das prioridades da Companhia diante do cenário macroeconômico de alta taxa de juros, reduziu 0,24x, encerrando o ano em 3,27x.

Em 2025, o segmento de GTF Leves se destacou pelo seu crescimento. A Receita Líquida avançou 23,2% em relação ao ano anterior. O EBITDA registrou alta de 24,0% frente a 2024, atingindo margem de 80,3%, um incremento de 0,5 p.p. Esse desempenho reflete a combinação de alta performance comercial com eficiência operacional.

No segmento de GTF Pesados, a Companhia adotou uma nova estratégia ao encerrar as operações de Full Service, direcionando o foco para contratos de locação pura e locação com manutenção.

Com o objetivo de melhorar a eficiência no segmento do RaC, no segundo semestre de 2025, a Unidas deu início ao processo de renovação da frota, com aquisição de mais de 5 mil veículos. Essa iniciativa contribuiu para a redução da idade média da frota em 1,6 meses ao longo do segundo semestre e consequentemente melhorando a experiência dos clientes.

Fechamos 2025 com avanços significativos em eficiência e rentabilidade, reforçando nosso compromisso de gerar valor consistente para nossos stakeholders. Seguiremos focados em ampliar oportunidades e fortalecer nossas unidades de negócio, assegurando um crescimento sólido e sustentável no longo prazo. Carlos Moreira, CEO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Mudança Contábil

A partir de 01 de janeiro de 2025, para o segmento de Aluguel de Carros (RaC), passamos a apresentar os saldos de reembolsos com avarias e multas, que eram anteriormente apresentados como receita, como redutores de custos para melhor refletir a natureza destas transações. Este padrão contábil já era adotado no segmento de Gestão e Terceirização de Frotas e com esta mudança padronizamos as práticas contábeis entre os negócios da empresa e em linha com as práticas de mercado.

A mudança contábil mencionada não impacta o Lucro Bruto e o EBITDA, sendo apenas uma reclassificação entre linhas de Receita Líquida e Custos. No quadro abaixo podemos observar o impacto da reclassificação para os resultados de 2024. Para fins de comparação, apresentamos os saldos anteriores devidamente reclassificados.

Reclassificação de Receitas com Avarias e Multas (R\$ milhões)	Anterior		Atual	
	4T24	2024	4T24	2024
Receita Líquida	1.702,2	6.700,7	1.664,2	6.534,4
Custos Operacionais	(922,2)	(3.729,8)	(884,2)	(3.563,5)
Lucro Bruto	780,0	2.970,9	780,0	2.970,9

Eventos Não Recorrentes

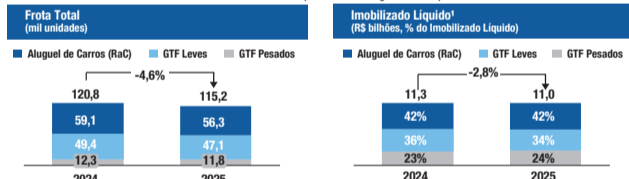
A fim de garantir a melhor comparabilidade dos resultados do quarto trimestre e do ano de 2025 com os do ano anterior, neste relatório foram considerados impactos de eventos não-recorrentes ocorridos no período. No 4T25, houve o encerramento de operações de Full Service no segmento de GTF Pesados que gerou um impacto não recorrente nos custos operacionais de R\$ 13 milhões conforme detalhado na seção de Apêndices (página 33).

DESTAQUES 2025

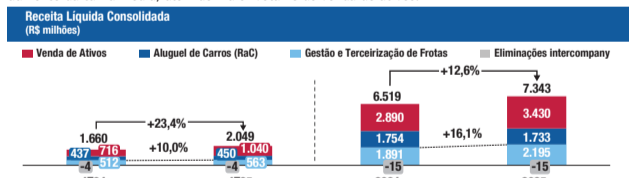
- Receita Líquida de R\$ 7,3 bilhões**, 12,6% maior que o 2024, explicada pelo melhor desempenho do segmento **GTF e Venda de Ativos**
- EBITDA de R\$2,7 bilhões com aumento de 12,0% e +2,6 p.p. de margem** versus 2024, impulsionado pelo ganho de eficiência operacional
- Crescimento de 24,0% no EBITDA de GTF Leves** versus 2024, totalizando R\$ 949 milhões, com margem de 80,3% (+0,5 p.p.) comparado ao ano anterior
- GTF Pesados com R\$707 milhões em EBITDA, aumento de 15,0%**, com margem de 69,8% (+3,8 p.p.) versus 2024
- Margem EBITDA de 59,4% no RaC, aumento de 0,6 p.p.** comparado ao ano anterior
- Redução da Alavancagem em 0,24x EBITDA em comparação ao 4T24** seguindo a estratégia da Companhia

RESULTADO CONSOLIDADO

1.1. Frota
Em 2025, houve a manutenção do imobilizado líquido refletindo a estratégia da Companhia de reduzir sua alavancagem, com foco em rentabilidade de capital, em um ambiente macroeconômico ainda desafiador, caracterizado pela taxa de juros em patamares elevados.

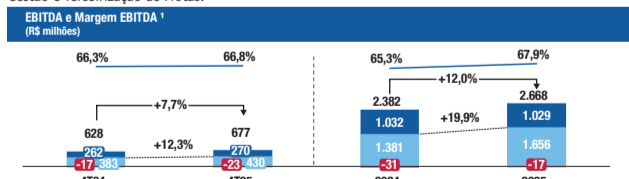


1.2. Receita Líquida
A Receita Líquida Consolidada totalizou R\$ 2.049 milhões no trimestre, crescimento de 23,4% em relação ao quarto trimestre de 2024. No ano, a Receita Líquida teve incremento de 12,6% em relação ao ano passado, somando R\$ 7.343 milhões. O crescimento da receita decorreu principalmente do desempenho do segmento de GTF, que cresceu 10,0% no trimestre e 16,1% no ano, em razão do aumento da tarifa média, além do maior volume de venda de ativos.



Nota 1: Imobilizado Líquido considera também os ativos já desmobilizados em estoque para venda.

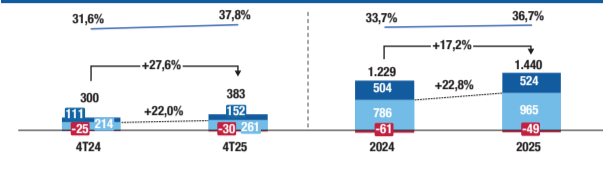
1.3. EBITDA e Margem EBITDA
No 4T25, o EBITDA atingiu R\$ 677 milhões, crescimento de 7,7% em relação ao 4T24, com margem de 66,8%, aumento de 0,5 p.p. versus o mesmo período do ano anterior. Esse aumento foi impulsionado pelo desempenho do segmento de GTF que cresceu 12,3% no 4T25 versus 4T24. No ano, o EBITDA foi de R\$ 2.668 milhões, aumento de 12,0%, com margem de 67,9%, aumento de 2,6 p.p. em relação a 2024. Este resultado é explicado pelos ganhos de margem em todos os segmentos, com destaque para Gestão e Terceirização de Frotas.



Nota 1: As Margens EBITDA são calculadas como percentual da Receita Líquida de Locação.

1.4. EBIT e Margem EBIT
O EBIT apresentou um crescimento de 27,6% no trimestre frente ao 4T24, com Margem EBIT de Locação de 37,8%, aumento de 6,2 p.p. em relação ao quarto trimestre de 2024. Esse resultado é reflexo do aumento do EBITDA e da redução na taxa de depreciação dos veículos quando comparada ao mesmo período do ano anterior. No ano, o EBIT atingiu R\$ 1.440 milhões, um crescimento de 17,2% e com margem de 36,7%, crescimento de 3,0 p.p. comparado a 2024.

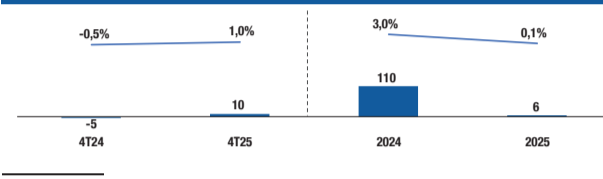
EBIT e Margem EBIT (R\$ milhões)



Nota 1: As Margens EBIT são calculadas como percentual da Receita Líquida de Locação.

1.5. Resultado Líquido e Margem Líquida
O Resultado Líquido foi impactado pelo aumento das despesas financeiras, reflexo da taxa de juros em patamares elevados. No 4T25, o lucro líquido foi de R\$ 10 milhões, com Margem Líquida de 1,0%. No ano, totalizou R\$ 6 milhões.

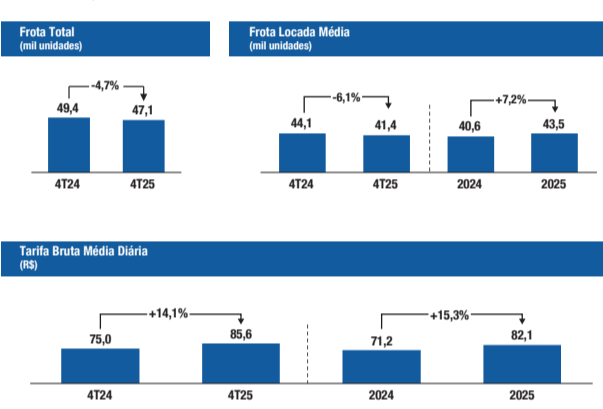
Resultado Líquido e Margem Líquida (R\$ milhões, %)



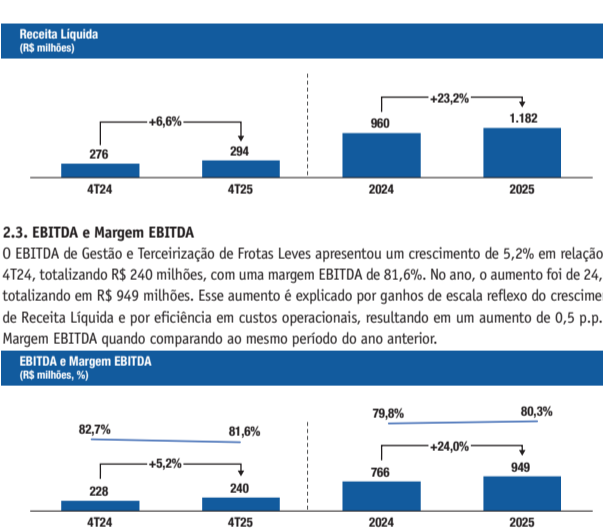
Nota 1: As Margens Líquidas são calculadas como percentual da Receita Líquida de Locação.

GESTÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE FROTAS LEVES

2.1. Dados Operacionais
A Frota Total totalizou 47,1 mil ativos no quarto trimestre de 2025, redução de 4,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A Frota Locada Média apresentou redução de 6,1% comparado ao 4T24, totalizando 41,4 mil veículos sob gestão e encerrou o ano com 43,5 mil ativos, aumento de 7,2% versus 2024. No trimestre, a Tarifa Bruta Média Diária foi de R\$ 85,6, um aumento de 14,1% comparado ao 4T24, e de R\$82,1 em 2025 com aumento de 15,3% versus o ano anterior, justificado pela renovação de ativos com valores superiores à frota corrente.

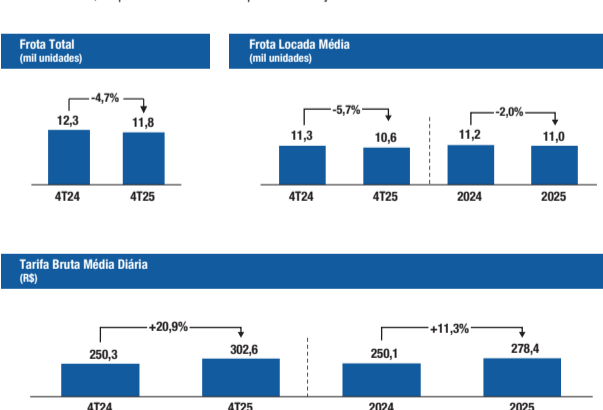


2.2. Receita Líquida
No trimestre, a Receita Líquida do segmento alcançou R\$ 294 milhões, aumento de 6,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. No ano, o crescimento foi de 23,2%, versus 2024, totalizando em R\$ 1.182 milhões. O crescimento da receita é explicado pelo aumento da tarifa parcialmente compensado pela redução da frota locada.



GESTÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE FROTAS PESADAS

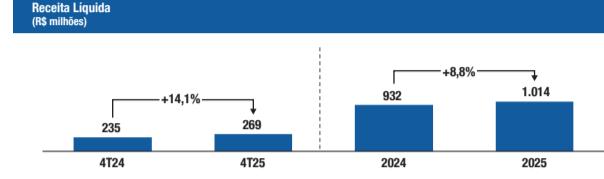
3.1. Dados Operacionais
A Frota Total encerrou o trimestre com 11,8 mil ativos, redução de 4,7% comparado ao 4T24. A Frota Locada Média atingiu 10,6 mil ativos, com redução de 5,7% em comparação ao 4T24, no ano totalizando 11,0 mil ativos, reduzindo 2,0% versus o ano anterior. A Tarifa Bruta Média Diária atingiu R\$ 302,6, um crescimento de 20,9% com relação ao mesmo período do ano anterior, impactado diretamente pelas renovações de contratos.



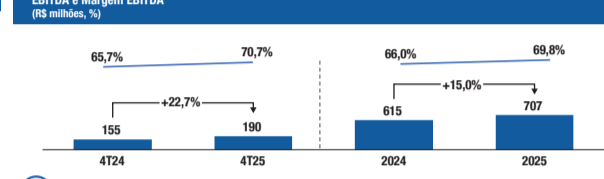
3.1.1 Reposicionamento de estratégia Full Service
No 4T25, a Companhia encerrou as operações de Full Service, finalizando os contratos que incluíam além locação e serviço de manutenção, motoristas e operadores dos equipamentos e caminhões locados. Esta modalidade representa 10% da frota no segmento de GTF Pesados. O foco da Unidas se mantém nos contratos de locação e locação com manutenção que possuem maior rentabilidade.

3.2. Receita Líquida

A Receita Líquida atingiu R\$ 269 milhões, com crescimento de 14,1% em relação ao 4T24. No ano, o aumento foi de 8,8%, somando R\$1.014 milhões. Esse aumento é explicado pelo aumento da tarifa dos contratos parcialmente compensado pela redução da frota locada.

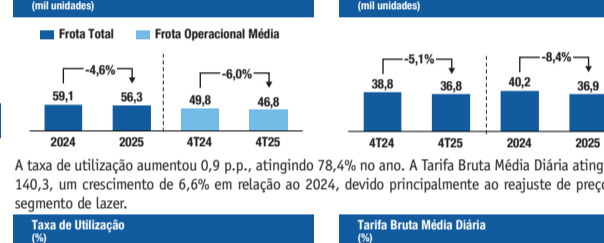


3.3. EBITDA e Margem EBITDA
O EBITDA foi de R\$ 190 milhões, um aumento de 22,7% em relação ao 4T24, com Margem EBITDA de 70,7%, aumento de 5,0 p.p. versus o mesmo período de 2024. No ano, o EBITDA totalizou R\$ 707 milhões, com crescimento de 15,0% e Margem EBITDA de 69,8%, aumento de 3,8 p.p. na Margem EBITDA em relação a 2024. Este crescimento é reflexo do aumento da receita e ganho em eficiência operacional no segmento.



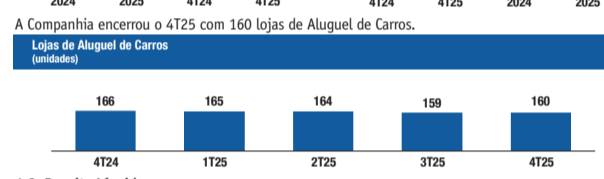
ALUGUEL DE CARROS (RaC)

4.1. Dados Operacionais
No 4T25, a Frota Total do segmento de Aluguel de Carros (RaC) reduziu 4,6% em relação ao mesmo período do ano passado. A Frota Operacional Média apresentou uma queda de 6,0% comparado ao 4T24, reflexo do plano de renovação da frota que resultou em maior volume de carros em implantação.

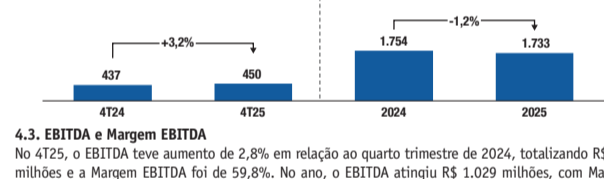


A taxa de utilização aumentou 0,9 p.p., atingindo 78,4% no ano. A Tarifa Bruta Média Diária atingiu R\$ 140,3, um crescimento de 6,6% em relação ao 2024, devido principalmente ao reajuste de preços no segmento de lazer.

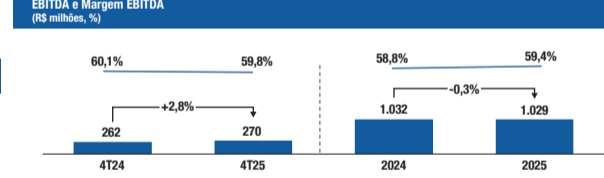
A Companhia encerrou o 4T25 com 160 lojas de Aluguel de Carros.



4.2. Receita Líquida
No trimestre, a Receita Líquida totalizou R\$ 450 milhões, aumento de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. No ano, houve uma redução de 1,2%, totalizando R\$ 1.733 milhões. Essa redução é justificada pela queda na frota locada compensada parcialmente pelo aumento da tarifa média bruta.

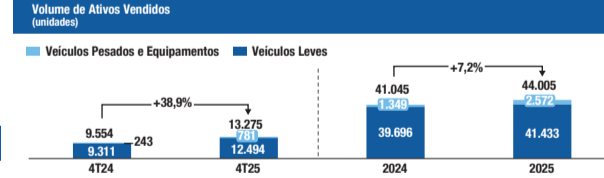


4.3. EBITDA e Margem EBITDA
No 4T25, o EBITDA teve aumento de 2,8% em relação ao quarto trimestre de 2024, totalizando R\$ 270 milhões e a Margem EBITDA foi de 59,8%. No ano, o EBITDA atingiu R\$ 1.029 milhões, com Margem EBITDA de 59,4%, aumento de 0,6 p.p. comparado com 2024. O aumento do ticket e a melhora na eficiência operacional compensaram a redução da frota locada média do ano.

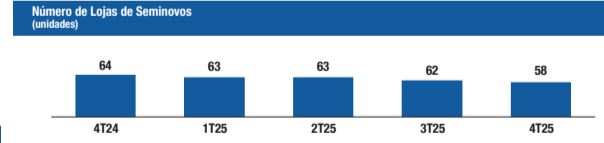


VENDA DE ATIVOS SEMINOVOS

5.1. Dados Operacionais
No 4T25, o volume de ativos vendidos foi de 13.275 unidades, aumento de 38,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento é explicado pela estratégia de renovação da frota do RaC, resultando em maior volume de veículos leves para venda. No ano, o volume foi de 44.005 ativos vendidos, aumento de 7,2% em relação a 2024.

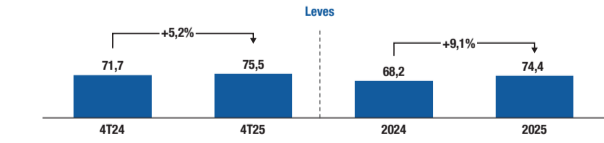


A Companhia finalizou o ano de 2025 com 58 lojas de carros seminovos, encerrando as lojas de menor desempenho, em linha com a estratégia voltada para rentabilidade.



O Preço Médio de Venda de ativos leves aumentou 5,2%, pela comercialização de veículos de safras (ano/modelo) mais recentes, alcançando R\$ 75,5 mil por ativo vendido.

Quanto ao Preço Médio de Venda de ativos pesados, apresentou redução de 37,5% em relação ao preço praticado no 4T24, totalizando R\$ 123,8 mil por ativo vendido. A variação dos preços se deve ao mix dos ativos vendidos, já na comparação anual os preços se mantiveram em linha com variação positiva de 1,1%.

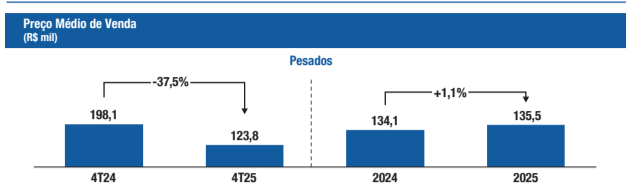


continua

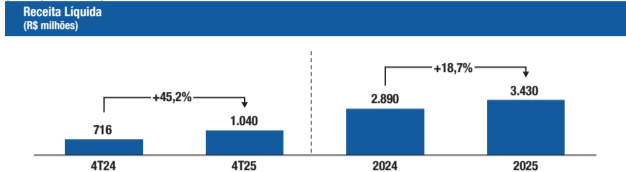
→ continuação

Unidas Locações e Serviços S.A.

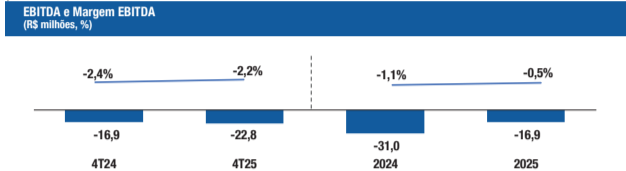
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025



5.2. Receita Líquida
A Receita Líquida foi de R\$ 1.040 milhões no 4T25, aumento de 45,2% em comparação ao 4T24. No ano, o crescimento foi de 18,7%, encerrando o período em R\$3.430 milhões. Este crescimento é impactado principalmente pelo maior volume de venda de ativos.

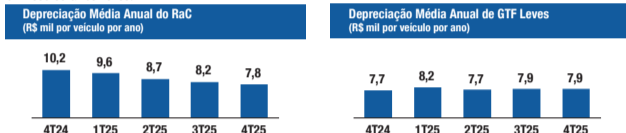


5.3. EBITDA e Margem EBITDA
O segmento de Venda de Ativos apresentou EBITDA de R\$ 22,8 milhões negativos no 4T25, devido a renovação do RaC que aumentou o volume de vendas de veículos antigos, com um maior mix de vendas no atacado. No ano, o EBITDA foi R\$ 16,9 milhões negativos. Apesar da melhora de margem na venda de veículos leves, o resultado consolidado foi impactado pela menor rentabilidade nas vendas de ativos pesados, reflexo do cenário macroeconômico desafiador.

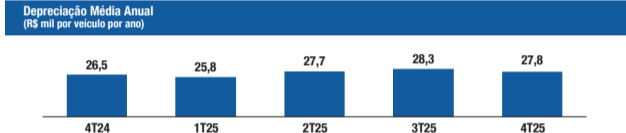


6. DEPRECIÇÃO

6.1. Depreciação de Veículos Leves
A depreciação média anual no segmento RaC, encerrou o 4T25 em R\$7,8 mil, uma redução versus o mesmo período do ano anterior, explicada principalmente pela entrada de veículos com taxa de depreciação normalizada decorrente da renovação da frota. No segmento de GTF Leves a depreciação média anual foi de 7,9 mil reais por veículo, em linha com os trimestres anteriores.



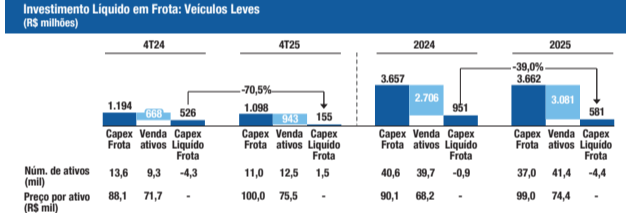
6.2. Depreciação de Veículos e Equipamentos Pesados
A depreciação média anual por ativo da frota de pesados foi de R\$ 27,8 mil no trimestre, aumento devido principalmente ao crescimento do ticket médio dos ativos reflexo da renovação da frota.



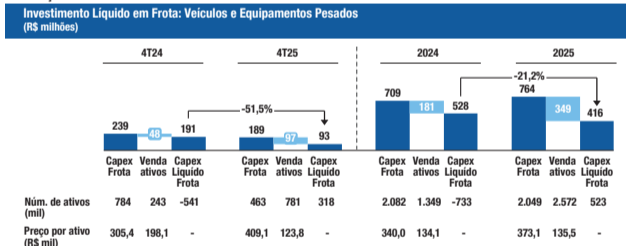
7. INVESTIMENTO LÍQUIDO

No trimestre, a Companhia alocou R\$ 1.288 milhões em expansão e renovação de frota, sendo em veículos leves R\$ 1.098 milhões e ativos do segmento de GTF Pesados R\$ 189 milhões, assim como investiu R\$ 48 milhões em melhorias e desenvolvimento de sistemas, em projetos de digitalização e em renovação e manutenção das lojas. No ano, o investimento para expansão e renovação de frotas foi de R\$ 4.426 milhões.

7.1. Investimento Líquido de Veículos Leves
No segmento de veículos leves, o investimento líquido atingiu R\$ 155 milhões no 4T25, redução de 70,5% versus 4T24. No ano, o investimento líquido atingiu R\$ 581 milhões, redução de 39,0% versus o ano anterior. Tanto no trimestre quanto no ano, essa redução é explicada pelo aumento no volume de venda de ativos enquanto o capex frota manteve-se praticamente estável, explicado pela composição da frota, com maior volume de ativos no segmento de carros intermediários.



7.2. Investimento Líquido de Veículos Pesados
No segmento de veículos e equipamentos pesados, o investimento líquido atingiu R\$ 93 milhões no 4T25, redução de 51,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No ano, o investimento líquido atingiu R\$ 416 milhões, reduzindo 21,1% versus o mesmo período do ano anterior. Este movimento é explicado pelo maior volume de venda de ativos no período, parcialmente compensado por renovações contratuais e nova base de clientes.



8. FLUXO DE CAIXA LIVRE

O Fluxo de Caixa gerado pelas operações somou R\$ 654 milhões neste trimestre, um leve crescimento quando comparado com o mesmo período do ano anterior, explicado pela maior geração de EBITDA e variação de capital de giro. O Fluxo de Caixa Operacional antes do crescimento da frota foi de R\$ 318 milhões, aumento 4,1% em relação ao 4T24, explicado pela leve redução em investimentos de frota e outros imobilizados e intangíveis. O Fluxo de Caixa Livre antes de juros foi de R\$ 392 milhões, aumento explicado pelo maior volume de venda de ativos no período decorrente da desmobilização de ativos do segmento de GTF e da renovação de frota do RaC.

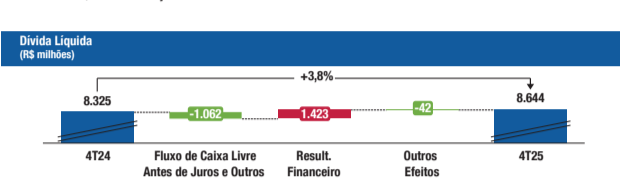
Fluxo de Caixa Livre (R\$ milhões)	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	2024	2025
EBITDA¹	648	599	684	708	664	2.395	2.655
Imposto de renda e contribuição social corrente	(0)	(0)	(0)	(0)	(1)	(0)	(2)
Efeito caixa IFRS 16	(24)	(26)	(8)	(27)	(28)	(86)	(110)
Variação de capital de giro excluindo fornecedores de veículos	26	(55)	(19)	24	19	(87)	(32)
Fluxo de caixa gerado pelas operações	651	517	637	705	654	2.222	2.512
Investimentos em manutenção de frota ²	(328)	(324)	(307)	(303)	(294)	(1.153)	(1.228)
Variação na conta de fornecedores para manutenção de frota	46	(85)	(13)	(3)	6	(172)	(96)
Investimentos em outros imobilizados e intangíveis	(63)	(37)	(43)	(48)	(48)	(184)	(175)
Fluxo de caixa operacional antes do crescimento da frota	305	71	274	350	318	713	1.013
Investimentos para crescimento de frota	(1.105)	(491)	(810)	(903)	(994)	(3.211)	(3.198)
Custo residual dos ativos vendidos	721	723	708	924	1.048	2.892	3.403
Investimento líquido para crescimento de frota	(384)	231	(102)	20	55	(319)	204
Variação na conta de fornecedores para crescimento de frota	155	(130)	(35)	(9)	19	(321)	(155)
Fluxo de caixa dos investimentos	(229)	102	(137)	11	74	(640)	49
Fluxo de caixa livre antes de juros e outros	76	172	137	361	392	73	1.062
Resultado financeiro líquido com efeito caixa	(331)	(154)	(436)	(134)	(516)	(1.075)	(1.240)
Captações líquidas de amortizações	573	200	250	342	(268)	1.988	524
Fluxo de caixa livre	318	219	(49)	569	(393)	986	346

9. ENDIVIDAMENTO E ALAVANCAGEM

9.1. Resultado Financeiro
No trimestre, o Resultado Financeiro teve aumento de 19,4% quando comparado ao mesmo período do ano passado, totalizando R\$ 364 milhões. No ano, o aumento foi de 27,5%, encerrando o período em R\$ 1.423 milhões. Esse crescimento é principalmente explicado pela alta da taxa média de juros durante o período e o aumento da dívida líquida, decorrente da renovação de ativos.

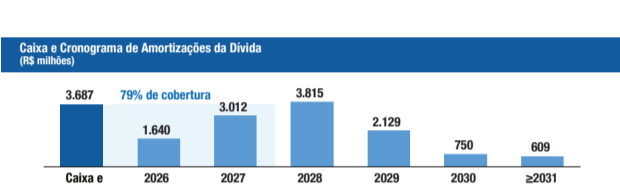
Resultado Financeiro (R\$ milhões)	4T24	4T25	Var. (%)	2024	2025	Var. (%)
Receitas financeiras	81	147	80,6%	271	510	88,3%
Despesas financeiras	(386)	(511)	32,3%	(1.388)	(1.934)	39,3%
Resultado Financeiro Líquido	(305)	(364)	19,4%	(1.117)	(1.423)	27,5%
Custo da dívida antes de impostos (%)	13,3%	16,8%	3,5 p.p.	13,0%	16,3%	3,3 p.p.
Custo da dívida após impostos - UDM (%)	8,6%	10,7%	2,1 p.p.	8,6%	10,7%	2,1 p.p.

9.2. Dívida Líquida
A Companhia encerrou o quarto trimestre com uma posição de dívida líquida de R\$ 8.644 milhões, aumento de 3,8% em relação ao 4T24.

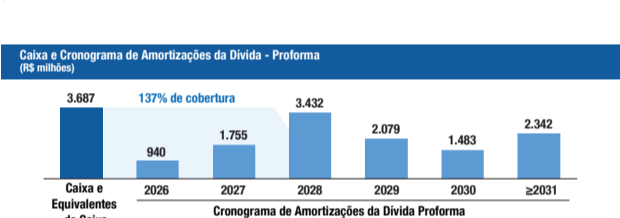


Conciliação da Dívida Líquida (R\$ milhões)	4T24	4T25	Var. (%)
Empréstimos, Financiamentos, e Debêntures	11.926	12.355	3,6%
Instrumentos Financeiros Derivativos Líquidos	(259)	(23)	-91,0%
Dívida Bruta	11.667	12.332	5,7%
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.342	3.687	10,3%
Dívida Líquida	8.325	8.644	3,8%

9.3. Caixa e Cronograma de Amortizações da Dívida
A posição de caixa e equivalente de caixa da Companhia foi de R\$ 3.687 milhões, representando uma capacidade de cobertura de 79% das amortizações previstas até o final de 2027.

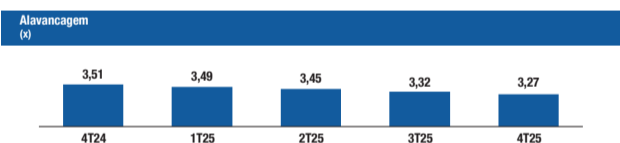


O cronograma de dívida profroma abaixo considera as emissões realizadas em janeiro e fevereiro de 2026 no valor total de R\$ 2,4 bilhões, postergando a amortização que eram previstas para 2026, 2027 e 2028, para 2030, 2031 e 2032.



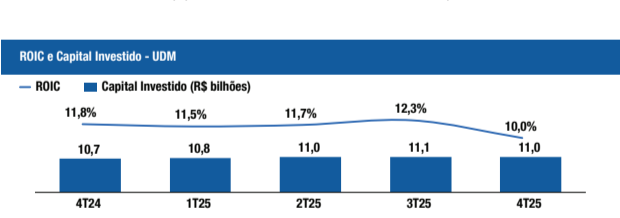
Cronograma de Amortizações da Dívida (R\$ milhões)	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Cronograma de Amortizações da Dívida	1.640	3.012	3.815	2.129	750	609
Cronograma de Amortizações da Dívida - Profroma	940	1.755	3.432	2.079	1.483	2.342
Var. (R\$)	(700)	(1.257)	(383)	(50)	733	1.733
Var. (%)	-43%	-42%	-10%	-2%	98%	285%

9.4. Alavancagem
No 4T25, a relação entre a Dívida Líquida e EBITDA do negócio foi de 3,27x, redução de 0,24x comparado ao 4T24. Esse movimento reforça a estratégia da Companhia de desalavancagem e o compromisso de manter uma estrutura de capital balanceada.



10. RENTABILIDADE

O ROIC da Companhia alcançou 10,0% no 4T25 UDM, redução de 1,8 p.p. em relação ao período anterior. Esse movimento é explicado, principalmente, pelo aumento da alíquota de imposto de renda, que saiu de 2,1% no 3T25 UDM para 23,8% no 4T25 UDM. Desconsiderando esse aumento de imposto de renda, haveria um aumento de 1,3 p.p. no ROIC devido a melhora do resultado operacional versus 4T24.



¹ No 4T25, a Companhia começou a ter pagamentos de impostos o que distorceu a alíquota de imposto de renda para mais de 34%. Para cálculo do ROIC foi adotada alíquota de 23,8%, que considera a alíquota estatutária de 34% e redução de base tributável em 30% devido aos saldos acumulados de prejuízo fiscal a compensar.

Nota: ROIC = NOPAT UDM / Capital Investido Médio UDM.
NOPAT = EBIT x (1 - Alíquota de Imposto)
Capital Investido Médio = Dívida Líquida Média + Patrimônio Líquido Médio.

APÊNDICE I. RESULTADOS DE GESTÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE FROTAS LEVES

Dados Operacionais	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
Frota total no final do período	49.366	49.530	49.413	48.328	47.050
Frota média alugada	44.130	44.738	44.782	41.214	41.428
Idade média da frota total (em meses)	17,9	20,5	21,3	21,9	22,6
Número de carros comprados	4.973	2.711	3.021	3.228	3.732
Custo médio por carro comprado (R\$ mil)	89,9	111,1	104,1	107,3	119
Número de carros vendidos	2.091	2.229	2.968	3.965	4.429
Preço médio por carro vendido (R\$ mil)	69,7	65,8	72,1	73,2	74,8
Idade média dos carros vendidos (em meses)	32,0	30,3	37,0	40,2	37,4
Imobilizado líquido de frota (R\$ milhões) ¹	4.021	4.050	3.989	3.962	3.728
Número de diárias (em milhares)	4.061	4.027	4.075	3.964	3.789
Diária média por carro (R\$)	75,0	79,4	81,2	82,6	85,6

Resultado de Gestão de Frotas Leves (R\$ milhões)	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
Receita Líquida de Gestão de Frotas	276,1	290,2	300,2	297,1	294,3
Custos de Gestão de Frotas	(24,9)	(34,6)	(28,6)	(32,0)	(21,3)
Lucro Bruto	251,1	255,6	271,6	265,1	272,9
Despesas operacionais (SG&A)	(22,8)	(26,4)	(23,6)	(28,0)	(32,8)
EBITDA²	228,3	229,2	248,1	237,1	240,1
Margem EBITDA	82,7%	79,0%	82,6%	79,8%	81,6%
Depreciação de carros	(84,5)	(92,0)	(86,7)	(85,7)	(82,3)
Depreciação e amortização de outros imobilizados	(4,8)	(5,3)	(5,1)	(5,3)	(5,7)
EBIT²	138,9	131,9	156,3	146,1	152,1
Margem EBIT	50,3%				

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 DA UNIDAS LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unidas Locações e Serviços S.A. ("Companhia" ou "Unidas"), anteriormente denominada Ouro Verde Locação e Serviço S.A., é uma sociedade anônima, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na categoria "A", sediada em Curitiba - Paraná.

A Companhia e suas subsidiárias ("Grupo") atuam em diversos estados brasileiros por meio de suas filiais e tem como objeto social principalmente a gestão e terceirização de frota ("GTF") e o aluguel de veículos no segmento de *rent a car* ("RAC"). Também faz parte dos negócios da Companhia, renovar constantemente sua frota, alienando veículos no final de suas vidas úteis econômicas para substituí-los por veículos novos.

Em 8 de julho de 2019, foi adquirida pelo Cedar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo Cedar"), fundo de investimento sob gestão da Brookfield Brasil Asset Management Investments Ltda. e controlado pela Brookfield Asset Management Inc. (atualmente Brookfield Corporation).

Em 1º de outubro de 2022, o acionista controlador da Companhia, Fundo Cedar, concluiu a aquisição da totalidade das ações da Unidas Locadora S.A., sociedade detentora dos ativos de *rent a car* e seminovos desinvestidos da Unidas S.A., incluindo a marca Unidas e suas submarcas. Após essa aquisição, foi criado o Grupo Unidas, que passou a atuar em dois segmentos de negócio: Gestão e Terceirização de Frota (GTF) e Aluguel de Veículos (RAC).

Em 24 de abril de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia teve a sua razão social alterada de Ouro Verde Locação e Serviço S.A. para Unidas Locações e Serviços S.A.

Em 1º de julho de 2023, foi concluído o processo de reorganização societária entre a Companhia e a Unidas Locadora S.A. ("Unidas Locadora" ou "Locadora"), sociedade coligada e pertencente ao mesmo grupo econômico, com o objetivo de aumentar as sinergias entre as duas sociedades, reforçando os negócios de aluguel de veículos leves e terceirização de frota. A transação foi concluída mediante contribuição da totalidade das ações representativas do capital social da Unidas Locadora pelo único acionista Fundo Cedar.

2. BASES DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2026.

2.2. Bases de consolidação e investimento em subsidiárias

A Companhia consolida as empresas sobre as quais detém o controle. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais da controladora e das subsidiárias, sediadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em subsidiárias pelo método da equivalência patrimonial. Os investimentos quando negativos são reclassificados para conta apropriada no passivo, sendo denominado "Provisão para passivo a descoberto". Na consolidação, foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das subsidiárias, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas decorrentes de transações efetuadas entre as empresas. A classificação das contas contábeis do consolidado segue as premissas de agrupamento da Controladora.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias e consistentes com as políticas adotadas pelo Grupo. As controladas, diretas e indiretas, da Companhia estão sumariadas a seguir:

	Porcentagem de participação		
	Controle	2025	2024
Unidas Valoriza Ltda.	Direto	100%	100%
Unidas Locadora S.A.	Direto	100%	100%
Unidas Locadora Franquias Ltda.	Indireto	100%	100%

Unidas Valoriza Ltda. - Subsidiária integral que atua no segmento de comércio e varejo de veículos usados e possui sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Unidas Locadora S.A. - Subsidiária integral que atua no segmento de gestão de frota e RAC e possui sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Unidas Locadora Franquias Ltda. - Subsidiária integral que conduz o negócio de franquias no Brasil e possui sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a moeda de apresentação.

2.4. Conversão para a moeda de apresentação

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e instrumentos financeiros derivativos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

2.5. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), elaborada nos termos do CPC 09, é requerida pela legislação societária e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, ela está sendo apresentada como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.6. Reclassificação de saldos comparativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração revisou e reclassificou, na Companhia e em sua controlada Unidas Locadora S.A., determinados saldos em nas demonstrações do resultado e demonstrações do valor adicionado. Essas adequações visaram a harmonização da divulgação das receitas, custos e despesas com práticas contábeis adotadas por Companhias do mesmo setor. Dessa forma, conforme CPC 26 de Apresentação das Demonstrações Contábeis, Item 41, para fins de comparabilidade, a Companhia realizou a reclassificação dos seguintes saldos contábeis de 31 de dezembro de 2024:

	Controladora		
	Saldo originalmente apresentado	Reclassificação	Saldo reclassificado
Receita operacional líquida	2.520.632	-	2.520.632
Custos (a)	(1.605.076)	76.059	(1.529.017)
Lucro bruto	915.556	76.059	991.615
Despesas operacionais:			
Despesas com vendas (a)	(15.964)	(59.280)	(75.244)
Despesas gerais e administrativas (a)	(124.609)	(16.779)	(141.388)
Outras receitas (despesas) operacionais	9.329	-	9.329
Resultado da equivalência patrimonial	1.108	-	1.108
Lucro antes do resultado financeiro	785.420	-	785.420
Receitas financeiras	144.623	-	144.623
Despesas financeiras	(807.966)	-	(807.966)
Resultado financeiro, líquido	(663.343)	-	(663.343)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	122.077	-	122.077
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(21.515)	-	(21.515)
Resultado do exercício	100.562	-	100.562

	Consolidado		
	Saldo originalmente apresentado	Reclassificação	Saldo reclassificado
Receita operacional líquida (b)	6.686.149	(167.031)	6.519.118
Custos (a) (b)	(4.840.412)	243.090	(4.597.322)
Lucro bruto	1.845.737	76.059	1.921.796
Despesas operacionais:			
Despesas com vendas (a) (c)	(292.725)	(83.667)	(376.392)
Despesas gerais e administrativas (a) (c)	(321.976)	7.608	(314.368)
Outras receitas (despesas) operacionais	11.102	-	11.102
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-
Lucro antes do resultado financeiro	1.242.138	-	1.242.138
Receitas financeiras	270.848	-	270.848
Despesas financeiras	(1.387.638)	-	(1.387.638)
Resultado financeiro, líquido	(1.116.790)	-	(1.116.790)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	125.348	-	125.348
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(24.786)	-	(24.786)
Resultado do exercício	100.562	-	100.562

(a) A Companhia revisou os critérios de alocação de determinados gastos para fins da apresentação da Demonstração do Resultado por função, considerando a natureza funcional desses dispêndios e alinhado às práticas de mercado. Em decorrência dessa avaliação, na controladora e no consolidado, foram reclassificados R\$76.059 da rubrica "Custos", sendo R\$59.280 para "Despesas com vendas" e R\$16.779 para "Despesas gerais e administrativas".

(b) No consolidado, o saldo de reembolsáveis faturados contra clientes de locação da Unidas Locadora, no montante de R\$167.031, foi reclassificado da "receita operacional líquida" para "custos", como recuperação de custos, de forma a refletir a essência da operação.

(c) No consolidado, a depreciação e amortização dos ativos vinculados às lojas de seminovos da Unidas Locadora (operação de venda de veículos desativados para a renovação da frota), no montante de R\$24.387, foi reclassificada de "despesas gerais e administrativas" para "despesas com vendas", por se tratar de gasto associado à função comercial.

	Demonstração do valor adicionado		Consolidado	
	Saldo originalmente apresentado	Reclassificação	Saldo reclassificado	
Receitas				
Receita bruta incluindo programa de fidelidade, descontos e cancelamentos (a)	7.090.549	(184.942)	6.905.607	
Outras receitas	10.597	-	10.597	
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(52.432)	-	(52.432)	
	7.048.714	(184.942)	6.863.772	
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das vendas e locações de veículos (a)	(3.390.893)	184.942	(3.205.951)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(441.550)	-	(441.550)	
	(3.832.443)	184.942	(3.647.501)	
Valor adicionado bruto	3.216.271	-	3.216.271	
Depreciação e amortização	(1.152.879)	-	(1.152.879)	
Valor adicionado líquido gerado	2.063.392	-	2.063.392	
Valor adicionado recebido em transferência	270.848	-	270.848	
Valor adicionado total a distribuir	2.334.240	-	2.334.240	
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	490.476	-	490.476	
Impostos, taxas e contribuições	310.956	-	310.956	
Remuneração de capitais de terceiros	1.432.246	-	1.432.246	
Remuneração de capitais próprios	100.562	-	100.562	
Valor adicionado total distribuído	2.334.240	-	2.334.240	

O saldo de reembolsáveis, bruto de impostos, faturados contra clientes de locação da Unidas Locadora, no montante de R\$184.942, foi reclassificado da "receita bruta deduzida de descontos e cancelamentos" para "custos das vendas e locações de veículos" (recuperação de custos).

2.7. Pronunciamento novo ou revisado em 2025

Desde 1º de janeiro de 2025, foram emitidas e entram em vigor as seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas:

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlado e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	O CPC 18 (R3) foca em aprimorar a aplicação do método da equivalência patrimonial, o método contábil para investimentos significativos em outras entidades, buscando maior precisão e consistência no reconhecimento dos resultados desses investimentos. O ICP 09 visa esclarecer e detalhar os requisitos para a elaboração e apresentação de diferentes tipos de demonstrações contábeis (individuais, separadas e consolidadas) e como o método da equivalência patrimonial se aplica em cada um desses contextos, garantindo informações mais claras e comparáveis. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	Visam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou impactos significativos decorrentes da adoção dessas novas normas, alterações e interpretações de normas.

2.8. Pronunciamentos novos ou revisados e que ainda não foram adotados pela Companhia

As alterações na IFRS listadas a seguir foi emitida pelo IASB, mas ainda não estavam em vigor no exercício abrangido por estas demonstrações financeiras. Embora o IASB incentive a adoção antecipada, ela não é permitida no Brasil, conforme diretrizes do CPC.

a) **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). A nova norma introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Adicionalmente, exige-se que as entidades classifiquem todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas.

O IFRS 18 também determina a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Dentre os impactos consequentes em outros pronunciamentos, decorrentes do alinhamento às novas exigências introduzidas pela IFRS 18, destaca-se a alteração no IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), incluindo a redefinição do ponto de partida para o método indireto na apuração dos fluxos de caixa das atividades operacionais, que passa de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional", além da eliminação da opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa relacionados a juros e dividendos.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), aplicável para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Administração está avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia e, com base em avaliação preliminar, identificou os seguintes impactos potenciais:

• Não há impacto esperado no lucro líquido; contudo, a estrutura de apresentação da demonstração do resultado será atualizada para atender às cinco categorias requeridas pela norma, bem como a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa será revisada para refletir os novos requerimentos do IAS 7/CPC 03 (R2).

• Não são esperadas mudanças significativas nas informações atualmente divulgadas em notas explicativas, além das novas divulgações requeridas, como as medidas de desempenho definidas pela administração e, no primeiro ano de aplicação, a reconciliação entre os valores representados conforme o IFRS 18 e aqueles anteriormente divulgados de acordo com o IAS 1.

b) **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que introduzem modificações nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. As alterações esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de determinados ativos e passivos financeiros, incluindo uma exceção para passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento, e incluem orientações adicionais para avaliação do critério de somente pagamento de principal e juros.

Adicionalmente, a norma passa a exigir novas divulgações para instrumentos financeiros com termos contratuais que possam alterar seus fluxos de caixa, incluindo aqueles com características vinculadas a metas ESG, bem como atualiza os requisitos de divulgação para instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto relevante em suas operações ou demonstrações financeiras.

c) **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11**

Julho de 2024, o IASB emitiu as Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11, que contemplam alterações de escopo limitado destinadas a esclarecer a redação ou corrigir inconsistências nas normas IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Administração está avaliando os impactos da aplicação dessas alterações e não espera efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Ativos financeiros

a) **Classificação**

O grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

• Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e

• Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio do Grupo para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

O grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

• Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado abrangente.

• Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

b) **Reconhecimento e desreconhecimento**

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

c) **Mensuração**

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

d) **Impairment**

O grupo avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

e) **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3.2. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de: • Variação cambial das dívidas em moeda estrangeira, através da designação de 100% desta exposição em uma relação de *hedge accounting*; e

• Variação das taxas de juros de determinadas emissões de debêntures e instrumentos de dívidas, através da designação de 60-100% desta exposição em uma relação de *hedge accounting*.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge (hedge accounting)*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

O Grupo adota a contabilidade de *hedge (hedge accounting)* e designa certos derivativos como:

• *Hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

• *Hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na nota explicativa nº 5.3.

As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração do resultado abrangente.

a) **Hedge de fluxo de caixa**

Até 30 de junho de 2023 (antes da reestruturação societária), conforme diretrizes estabelecidas no item 6.5.2 do pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9, a Companhia optou pela designação de *hedge* de fluxo de caixa para proteger apenas o componente de risco de variação cambial das dívidas contradas de acordo com a Lei nº 4.131/1962 (empréstimos em moeda estrangeira, concedidos por banco no exterior para uma empresa sediada no Brasil, para suprir a sua necessidade de capital de giro), aplicando a exceção apresentada no item 6.5.4 do pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9, no qual o *hedge* de risco de moeda estrangeira de compromisso firme pode ser contabilizado como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

Conforme definido no item 6.5.11 do pronunciamento técnico CPC 48, enquanto o *hedge* de fluxo de caixa atender aos critérios de qualificação do item 6.4.1, a relação de proteção deve ser contabilizada da seguinte forma:

• O componente separado do patrimônio líquido associado ao item protegido será ajustado ao menor valor entre: (i) o ganho ou a perda acumulada no instrumento de *hedge* desde o início do *hedge*; e (ii) a alteração acumulada no valor justo do item protegido desde o início do *hedge*.

• A parcela do ganho ou da perda no instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo será reconhecida em outros resultados abrangentes.

• Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de *hedge* será uma inefetividade de *hedge* a ser reconhecida no resultado.

A mensuração do instrumento de *hedge* é realizada por meio da marcação a mercado (cálculo de valor justo), que é definido no item 9 do pronunciamento técnico CPC 46/IFRS 13. Desta forma, na marcação a mercado é necessário considerar a projeção do fluxo futuro até o vencimento e descontá-lo ao valor presente para a data de referência do cálculo.

A partir de 1º de julho de 2023 (data da reestruturação societária) o Grupo harmonizou sua prática contábil com a da subsidiária Unidas Locadora S.A., aderindo ao *hedge* de valor justo para todos os novos derivativos contratados, mantendo aqueles que já haviam sido designados como *hedge* de fluxo de caixa nesta modalidade até sua liquidação.

b) **Hedge de valor justo**

Conforme diretrizes estabelecidas no item 6.5.2 do pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9, o Grupo optou pela designação de *hedge* de valor justo para se proteger dos riscos de variação da taxa de juros e de variação cambial dos *swaps* contratados.

Conforme definido no item 6.5.8 do pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9, enquanto a cobertura de valor justo atender aos critérios de qualificação do item 6.4.1, a relação de proteção deve ser contabilizada da seguinte forma:

(i) O ganho ou a perda no instrumento de *hedge* será reconhecido no resultado (ou outros resultados abrangentes, se o instrumento de *hedge* proteger instrumento patrimonial para o qual a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes, de acordo com o item 5.7.5).

(ii) O ganho ou a perda protegida no item protegido deverá ajustar o valor contábil do item protegido (se aplicável) e será reconhecido no resultado.

c) **Teste de efetividade do hedge accounting**

Durante 2025 foram realizados testes de eficácia que demonstraram que o programa de contabilidade de *hedge* implementado é altamente efetivo. A frequência de avaliação subsequente da efetividade da estrutura do *hedge* é trimestral.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 DA UNIDAS LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados pelo prazo do contrato pelo método linear. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos com base em índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e juros.

Os juros são reconhecidos no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício.

a) **Arrendamento de imóveis**

O Grupo, aluga diversos andares de prédios comerciais para sua área administrativa, lojas de aluguel e venda de veículos e quiosques em shoppings. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de seis meses a dez anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento não relacionados a arrendamentos. A Companhia aloca a contraprestação aos componentes de arrendamentos e de não relacionados a arrendamentos com base no preço individual relativo. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Companhia é a arrendatária, a Companhia optou por não separar os componentes de arrendamentos e de não arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

b) **Arrendamentos variáveis**

Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligadas a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos.

c) **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear com uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

3.8. **Intangível**a) **Softwares**

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

b) **Direito de uso de marca e licenças**

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As marcas e licenças foram avaliadas com vida útil indefinida e seu valor recuperável é testado anualmente ou quando há indícios de *impairment*.

c) **Fundo de comércio**

O fundo de comércio (pontos comerciais adquiridos de franqueados), é reconhecido pelo valor justo na data da aquisição. O fundo de comércio tem vida útil de 5 anos e é contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de sua vida útil.

3.9. **Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), que são os segmentos operacionais.

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.10. **Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

a) **Risco sacado**

A Companhia possui convênios com instituições financeiras denominadas "Risco sacado", que consistem na antecipação de títulos por parte dos fornecedores, em que o banco antecipa o valor para o fornecedor na data de solicitação e recebe o valor devido pela Companhia na data de vencimento. Os fornecedores têm autonomia para decidir pela antecipação de seus recebíveis, bem como escolher a melhor opção que os atenda e ainda indicar e/ou optar por sua própria instituição financeira, permitindo que gerenciem suas necessidades da melhor forma. A decisão de efetuar essa operação é exclusiva do fornecedor, que arca com os encargos financeiros da operação. Essas transações não diferem das operações normais de fornecimento, como por exemplo, em relação aos prazos de pagamento e valores praticados.

O limite de crédito para essa operação é aprovado pelas instituições financeiras, baseadas no risco da Companhia e não há compartilhamento entre outras linhas disponibilizadas, bem como não existem quaisquer garantias ou cláusulas de *covenants* financeiros atrelados à operação. Os *covenants* não financeiros atrelados a essas operações são usuais de mercado e estão sendo cumpridos pela Companhia. A administração avalia que não há riscos nessa operação para a Companhia e apresenta o montante no fluxo de caixa operacional, por considerar que, em essência, melhor reflete a operação realizada.

3.11. **Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais**

Os empréstimos, os financiamentos, as debêntures e as notas comerciais são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. **Provisão para riscos**

As provisões para riscos (contingências trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.13. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.14. **Benefícios a empregados**a) **Provisão para participação nos resultados**

O Grupo possui política interna de pagamento de participação nos resultados aos seus colaboradores na forma da Lei no 10.101/00. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía benefícios de longo prazo ou pós-emprego.

3.15. **Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido e os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.16. **Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidas como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício. O Estatuto Social em vigor determina a distribuição mínima obrigatória de 25% do lucro líquido do exercício após dedução da reserva legal. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3.17. **Resultado por ação - básico e diluído**

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo exercício. O resultado diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada a quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais potenciais que provocariam diluição.

3.18. **Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) **Receita de locação de veículos**

A receita de locação de veículos (*rent a car*) é medida pelo valor justo da contraprestação dos serviços de locação a receber. As receitas são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel, e as receitas de *rent a car* são reconhecidas pro-rata, pelo período do contrato.

b) **Receita de gestão e terceirização de frota**

As receitas com gestão e terceirização de frota representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e são contabilizadas em uma base linear durante o período do contrato.

A receita de serviços a faturar corresponde ao reconhecimento da receita de serviços prestados não faturada ao cliente, calculada em base estimada referente ao período em que ocorreu a prestação de serviços, visando adequar o reconhecimento da receita ao período de competência.

c) **Receita de venda de veículos**

A receita da venda de veículos é uma atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, seja provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados à possível devolução de veículos possam ser estimados de forma confiável, não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

d) **Programa de fidelidade de clientes**

A Unidas Locadora opera um programa de fidelidade no qual os clientes acumulam pontos por meio das compras realizadas, que permitem obter descontos em compras futuras. Um passivo de contrato de pontos concedidos é reconhecido no momento da venda. A receita é reconhecida quando os pontos são resgatados ou quando expiram após 12 meses da venda inicial.

3.19. **Receitas e despesas financeiras**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos (perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures, notas comerciais e perdas nos instrumentos de *hedge*.

3.20. **Informações por segmento**

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (iii) para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A Companhia definiu dois segmentos operacionais reportáveis (nota explicativa nº 27), que são gerenciados separadamente com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Conselho de Administração. Os segmentos operacionais aplicam as mesmas práticas contábeis descritas nestas demonstrações financeiras.

3.21. **Programa de investimento em ações da Companhia**

A Companhia iniciou em 28 de dezembro de 2020 seu Programa de Investimento ("Programa"), que consiste na oferta onerosa de opções de compra ou subscrição de ações da Companhia a certos executivos chave da alta Administração ("Investidores Elegíveis"). As principais condições do Programa estão descritas na nota explicativa nº 22.2. Na mesma data, o Programa foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária que delegou ao Conselho de Administração da Companhia, por meio de planos de investimento, a definição dos Investidores Elegíveis, número de opções a serem ofertadas a cada um, bem como seu valor de aquisição e exercício ("Plano"), sempre com base nos critérios definidos no Programa.

O Primeiro Plano de Investimentos da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2020 e aditado em 01 de novembro de 2023. Em 06 de novembro de 2023, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o Segundo Plano de Investimento em Ações da Companhia ("Programa"), destinado a certos executivos chave da alta administração ("Investidores Elegíveis"). O valor pago pelos Investidores Elegíveis que optaram por aderir ao Plano teve como contrapartida o registro no patrimônio líquido da Companhia em reserva de capital, na rubrica "Programa de investimento - Opção de compra de ações", com a previsão de subscrição de ações preferenciais apenas para os casos em que tais opções forem exercidas. Essas ações preferenciais passarão a compor o capital social da Companhia.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

4.1. **Receita de serviços prestados**

As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo e são contabilizadas em uma base linear durante o período do contrato. Parte dessa receita decorre de receita de serviços a faturar, a qual se origina no reconhecimento da receita de serviços prestados, não faturada ao cliente, calculada em base estimada referente ao período em que ocorreu a prestação de serviços, visando adequar o reconhecimento da receita ao período de competência.

4.2. **Valor residual e vida útil dos veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos pesados**

A Companhia efetua análise da vida útil dos bens do imobilizado e estima o valor residual de venda dos veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos pesados. Com base nesse valor residual, estima a taxa de depreciação dos bens para que ao fim dos contratos com clientes, que em geral coincidem com a vida útil dos bens, o valor residual contábil seja próximo do valor residual de venda. Para alguns contratos a vida útil é ajustada considerando o cliente e o histórico de uso dos veículos.

4.3. **Valor justo de instrumentos financeiros derivativos**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4.4. **Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber**

A Companhia avalia continuamente sua carteira de recebíveis de forma a identificar se existem indícios de *impairment* sobre os títulos de cada cliente que compõe a carteira. Se sim, a Companhia avalia se o cliente inadimplente deu garantias reais e se elas são suficientes para cobrir a exposição líquida da Companhia. Caso as garantias reais não sejam suficientes, a provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida no resultado, classificada como "despesa com vendas".

4.5. **Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos**

A Companhia efetua análise de recuperabilidade dos saldos de tributos diferidos ativos anualmente, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, sendo constituídos ativos somente para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias sobre os quais a Companhia e suas subsidiárias possuem projeções de utilização dentro de um prazo considerado razoável. A Administração utiliza-se de premissas significativas nesses estudos, projetando suas receitas, custos e despesas, com base nas informações obtidas da atual base de contratos de longo prazo com clientes e expectativas de ampliação dessa base.

4.6. **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros**

Para os ativos não financeiros sujeitos a amortização ou depreciação, a Companhia avalia, no mínimo anualmente, se há alguma indicação de redução do valor recuperável. Caso sejam identificados indicativos, é efetuado o teste de *impairment* considerando o nível de Unidade Geradora de Caixa - UGC, que são os segmentos operacionais. Nessa circunstância, a Companhia utiliza-se de premissas chaves na determinação dos fluxos de caixa projetados.

Ativos não financeiros com vida útil indefinida, como marcas e patentes, são submetidos anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderá apresentar indicação de redução ao valor recuperável (nota explicativa nº 14).

4.7. **Direito de uso e passivo de arrendamento**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de desconto com base nas taxas aplicáveis no mercado brasileiro, ajustadas à realidade da Companhia (*spread* de crédito). A Companhia utiliza-se de premissas relevantes na determinação da taxa de desconto para a mensuração do valor presente dos pagamentos de arrendamento.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO E VALOR JUSTO

5.1. **Fatores de risco financeiro**

No curso normal de suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros e risco cambial), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, que identifica, avalia e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

A administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As práticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, para monitorar riscos e aderência aos limites.

A administração da Companhia criou comitês especializados, de forma a tratar de temas críticos do negócio, além de ter estruturado um sistema de controles internos para auxiliar o alcance de seus objetivos operacionais e estratégicos.

a) **Risco de mercado**i) **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas com instituições financeiras.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio e taxa de juros), o qual é apreciado pela Companhia, para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A prática da administração para controle consiste em um acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as práticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Conforme sua prática de gerenciamento de riscos financeiros, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteger-se contra a exposição à taxa de juros sobre os custos financeiros dentro de determinados níveis. As características específicas dessas operações de *hedge* estão divulgadas na nota explicativa nº 5.4.

O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos reconhecidos. Conforme sua política de gerenciamento de riscos financeiros, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteger-se contra variações na taxa de câmbio, por meio de *swap* cambial para contratos ativos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía operações vigentes de *hedge* com caráter exclusivo de proteção cambial para os respectivos empréstimos em moeda estrangeira contratados junto a Instituições financeiras. As características específicas dessas operações de *hedge* estão divulgadas na nota explicativa nº 5.4.

b) **Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas, ou seja, decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos que estão de acordo com a política de investimentos da Companhia.

Para o caso de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada da IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas, considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.196.552	1.854.707	3.687.487	3.341.794
Contas a receber	7	453.503	444.015	941.818	882.642
		<u>2.650.055</u>	<u>2.298.722</u>	<u>4.629.305</u>	<u>4.224.436</u>

j) **Qualidade do crédito dos ativos financeiros**

A qualidade do crédito dos ativos financeiros é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito, para caixa e equivalente de caixa ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Caixa e depósitos bancários em contas correntes

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
AAA (bra)	4	4.158	4.464	16.581	19.836
Caixa	3	3	6	13	28
		<u>4.161</u>	<u>4.470</u>	<u>16.594</u>	<u>19.864</u>

Aplicações financeiras

||
||
||

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 DA UNIDAS LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos (deterioração da taxa do CDI em 25% ou 50%) a partir do CDI em 31 de dezembro de 2025, como cenário provável. O cenário considerado provável para os próximos 12 meses foi estimado a uma taxa média de CDI de 14,42%, com base na curva futura de juros projetada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), ante a taxa efetiva anualizada de 14,90%, verificada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	Controladora		
	Cenário provável	Cenário I deterioração de 25%	Cenário II deterioração de 50%
Exposição ao risco de CDI	(4.650.256)	(4.650.256)	(4.650.256)
Taxa CDI (ao ano) em 31/12/2025	14,90%	14,90%	14,90%
Taxa de juros estimada conforme cenários previstos	14,42%	18,30%	21,63%
Diferença entre taxas	-0,48%	3,13%	6,73%
Efeito no resultado líquido em R\$ - ganho/(perda)	22.321	(145.553)	(312.962)

	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário I deterioração de 25%	Cenário II deterioração de 50%
Exposição ao risco de CDI	(7.521.544)	(7.521.544)	(7.521.544)
Taxa CDI (ao ano) em 31/12/2025	14,90%	14,90%	14,90%
Taxa de juros estimada conforme cenários previstos	14,42%	18,03%	21,63%
Diferença entre taxas	-0,48%	3,13%	6,73%
Efeito no resultado líquido em R\$ - ganho/(perda)	36.103	(235.424)	(506.200)

5.2. Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor, mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. O capital consiste na soma dos recursos obtidos com os acionistas e com instituições financeiras, líquido do caixa e equivalentes de caixa. A diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis, com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida líquida da Companhia, para relação ajustada do capital ao final do exercício, é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado		
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e instrumentos financeiros derivativos passivos	16, 17 e 5.4	(7.988.026)	(7.671.812)	(12.586.351)	(12.127.641)
Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos ativos	6 e 5.4	2.403.909	2.139.065	3.942.120	3.802.523
Dívida líquida		(5.584.117)	(5.532.747)	(8.644.231)	(8.325.118)
Total do patrimônio líquido e dívida líquida		22	(2.383.879)	(2.383.879)	(2.377.704)
Quociente de alavancagem		70%	70%	78%	78%

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o exercício. A seguir encontra-se a movimentação da dívida líquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora					
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures e notas comerciais	Instrumentos financeiros derivativos	Total da dívida	Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários	Dívida líquida
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(2.568.948)	(4.932.902)	114.396	(7.387.454)	1.854.707	(5.532.747)
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Captações	(492.040)	(1.000.000)	-	(1.492.040)	1.492.040	-
Pagamento do principal	120.015	1.048.329	-	1.168.344	(1.168.344)	-
Pagamento de juros	255.272	724.854	101.599	1.081.725	(1.081.725)	-
Custos de transação desembolsados	-	7.372	-	7.372	(7.372)	-
Outros pagamentos e recebimentos	-	-	-	-	1.107.246	1.107.246
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Varição cambial	127.603	-	(127.603)	-	-	-
Custos de transação apropriados ao resultado	(1.916)	(8.116)	-	(10.032)	-	(10.032)
Juros apropriados ao resultado	(278.812)	(764.325)	(113.195)	(1.156.332)	-	(1.156.332)
Efeito de instrumento financeiro derivativo no resultado abrangente	-	-	7.961	7.961	-	7.961
Efeito de marcação a mercado (market-to-market)	(34.351)	-	34.138	(213)	-	(213)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(2.873.177)	(4.924.788)	17.296	(7.780.669)	2.196.552	(5.584.117)

	Consolidado					
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures e notas comerciais	Instrumentos financeiros derivativos	Total da dívida	Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários	Dívida líquida
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(3.837.823)	(8.087.727)	258.638	(11.666.912)	3.341.794	(8.325.118)
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Captações	(492.040)	(1.800.000)	-	(2.292.040)	2.292.040	-
Pagamento do principal	120.015	1.648.329	-	1.768.344	(1.768.344)	-
Pagamento de juros	309.339	1.176.895	203.271	1.689.505	(1.689.505)	-
Custos de transação desembolsados	-	14.849	-	14.849	(14.849)	-
Outros pagamentos e recebimentos	(11)	-	-	(11)	1.526.351	1.526.340
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Varição cambial	269.560	-	(269.560)	-	-	-
Custos de transação apropriados ao resultado	(3.687)	(18.604)	-	(22.291)	-	(22.291)
Juros apropriados ao resultado	(333.114)	(1.273.520)	(224.276)	(1.830.910)	-	(1.830.910)
Efeito de instrumento financeiro derivativo no resultado abrangente	-	-	7.961	7.961	-	7.961
Efeito de marcação a mercado (market-to-market)	(47.503)	-	47.290	(213)	-	(213)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(4.015.264)	(8.339.778)	23.324	(12.331.718)	3.687.487	(8.644.231)

A administração da Companhia optou por apresentar na demonstração dos fluxos de caixa os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos com atividade operacional, conforme alternativa prevista no CPC 03 (IAS 7), de acordo com as práticas de divulgação adotadas pela Companhia.

5.3. Estimativa do valor justo

Presupõe-se que os saldos das contas a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as perdas de crédito esperadas (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Para fins de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis, definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Os valores justos das operações com instrumentos financeiros derivativos são classificados no Nível 2 e estão apresentados na nota explicativa nº 5.4. Não há instrumentos financeiros mensurados e registrados a valor justo nos Níveis 1 e 3 de hierarquia.

Os instrumentos financeiros reconhecidos nas informações contábeis pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos valores mensurados pelo valor justo. Os principais instrumentos financeiros contratados por categoria, assim como os respectivos valores justos estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	16	(2.873.177)	(3.216.625)	(2.568.948)
Debêntures e notas comerciais	17	(4.924.788)	(5.085.023)	(4.932.902)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos		17.296	17.296	114.396
				114.397

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	16	(4.015.264)	(4.466.503)	(3.837.823)
Debêntures e notas comerciais	17	(8.339.778)	(8.640.669)	(8.087.727)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos		5.4	23.324	258.638
				228.794

Os valores justos dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais e arrendamento de imóveis foram estimados pela administração da Companhia, considerando o valor futuro na sua data de vencimento pela taxa contratada e descontados a valor presente pela taxa de mercado em 31 de dezembro de 2025 (Nível 2).

A administração entende que os demais instrumentos financeiros, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos, em razão dos vencimentos desses instrumentos financeiros se darem em data próxima ao balanço.

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui, com caráter exclusivo de proteção, operações de swap para se proteger da variação cambial em suas emissões de dívida em moeda estrangeira.

A Administração mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuía operações com instrumentos derivativos de forward, que se constituem em um acordo entre a Companhia e o banco, de compra ou venda de uma quantidade de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desdobro de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda. O principal objetivo é de proteger o resultado e fluxo de caixa futuro dos empréstimos em moeda estrangeira.

O Grupo adota o hedge de valor justo para todas as suas operações, tanto os instrumentos de hedge quanto os itens protegidos por hedge são contabilizados ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, apenas um empréstimo na modalidade 4131 da Unidas Locações está designado formalmente como hedge accounting, mensurado pelo valor justo na data da celebração do contrato e subsequentemente remensurado ao seu valor justo. As variações no valor justo deste

instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto pelo ganho decorrente da variação do risco de crédito registrado em "Outros resultados abrangentes". O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e utilizando metodologia de avaliação de projeção de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos em aberto estão a seguir sumarizados.

Empresa	Operações	Moeda	Período	Consolidado		Taxes			Juros			Marcação a mercado			Ganho/(perda)				
				Em 31 de dezembro de 2025		Posição ativa		Posição passiva		Ativo		Passivo		Líquido		Ativo		Passivo	
				Nocional (R\$)															
Unidas	Swap de moedas	USD	60 meses	224.740	USD + 2,7200% a.a.	CDI + 2,25% a.a.	146.908	(150.884)	(3.976)	220.724	(224.740)	(4.016)	(7.992)						
Unidas	Swap de moedas	USD	60 meses	365.250	USD + 5,7925% a.a.	CDI + 2,12% a.a.	412.813	(365.714)	47.099	366.193	(365.250)	943	48.042						
Unidas	Swap de moedas	USD	60 meses	349.800	USD + 5,8190% a.a.	CDI + 2,00% a.a.	332.866	(357.595)	(24.729)	362.873	(349.800)	13.073	(11.656)						
Unidas	Swap de moedas	USD	60 meses	280.000	USD + 5,1490% a.a.	CDI + 2,15% a.a.	280.826	(298.565)	(17.739)	286.643	(280.000)	6.643	(11.096)						
Locadora	Swap de moedas	USD	60 meses	200.000	USD + 5,5650% a.a.	CDI + 1,95% a.a.	205.898	(207.547)	(1.649)	202.744	(200.000)	2.744	1.095						
Locadora	Swap de moedas	USD	60 meses	900.000	USD + 5,5650% a.a.	CDI + 1,95% a.a.	926.543	(933.961)	(7.418)	912.349	(900.000)	12.349	4.931						
							2.305.854	(2.314.266)	(8.412)	2.351.526	(2.319.790)	31.736	23.324						
										Ativo circulante	181.948		41.597						
										Ativo não circulante	976.436		213.036						
										Passivo circulante	(171.746)		(136.848)						
										Passivo não circulante	(995.050)		(94.461)						

Empresa	Operações	Moeda	Período	Consolidado		Taxes			Juros			Marcação a mercado			Ganho/(perda)				
				Em 31 de dezembro de 2024		Posição ativa		Posição passiva		Ativo		Passivo		Líquido		Ativo		Passivo	
				Nocional (R\$)															
Unidas	Swap de moedas (*)	USD	60 meses	154.500	USD + 2,0225% a.a.	CDI + 2,50% a.a.	-	-	-	138.249	(154.500)	(16.251)	(16.251)						
Unidas	Swap de moedas (*)	USD	60 meses	170.532	USD + 2,0225% a.a.	CDI + 2,50% a.a.	-	-	-	157.015	(170.532)	(13.517)	(13.517)						
Unidas	Swap de moedas	USD	60 meses	224.740	USD + 2,7200% a.a.	CDI + 2,25% a.a.	247.973	(225.964)	22.009	229.050	(224.740)	4.310	26.319						
Unidas	Swap de moedas	USD	60 meses	365.250	USD + 5,7925% a.a.	CDI + 2,12% a.a.	464.497	(365.447)	99.050	365.250	(365.250)	-	99.050						
Unidas	Swap de moedas	USD	60 meses	349.800	USD + 5,8190% a.a.	CDI + 2,00% a.a.	374.721	(355.926)	18.795	349.800	(349.800)	-	18.795						
Unidas	Swap debêntures (*)	BRL	60 meses	71.772	CDI + 1,50% a.a.	IPCA + 5,00% a.a.	-	-	-	71.772	(71.772)	-	-						
Locadora	Swap de moedas	USD	60 meses	200.000	USD + 5,5650% a.a.	CDI + 1,95% a.a.	231.714	(205.842)	25.872	200.356	(200.000)	356	26.228						
Locadora	Swap de moedas	USD	60 meses	900.000	USD + 5,5650% a.a.	CDI + 1,95% a.a.	1.042.714	(926.288)	116.426	901.588	(900.000)	1.588	118.014						
							2.361.619	(2.079.467)	282.152	2.413.080	(2.436.594)	(23.514)	258.638						
										Ativo circulante	102.631		18.470						
										Ativo não circulante	1.158.989		442.259						
										Passivo circulante	(171.746)		(106.546)						
										Passivo não circulante	(864.879)		(95.545)						

(*) Operações encerradas no exercício de 2025, conforme notas explicativas nº 16 e 17.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	4.161	4.470	16.594	19.864

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 DA UNIDAS LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Unidas Valoriza Ltda.		Unidas Locadora S.A.	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	949	585	8.216.244	8.147.544
Passivo	31	26	6.077.665	6.013.489
Receita operacional líquida	292	3.407	4.201.733	4.010.411
Resultado do exercício	359	(443)	5.933	1.551
Capital social	3.433	3.433	1.789.951	1.789.951
Quantidade ações possuídas (em lote mil)	10	10	3.969.384	3.969.384
Patrimônio líquido	918	559	2.138.579	2.134.055
Participação no capital social, no fim do exercício	100%	100%	100%	100%
Participação no patrimônio líquido	918	559	2.138.579	2.134.055

13. IMOBILIZADO

A movimentação do custo, da depreciação acumulada e do valor contábil líquido do imobilizado é apresentada a seguir:

	Edifícios	Direito de uso	Veículos, tratores e colhedoras	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Outros imobilizados	Total
			(a)	(a)	(a)	(a)	
Em 31 de dezembro							
de 2023	9.800	13.687	6.052.075	50.476	3.024	21.259	6.150.321
Adições	-	12.294	2.003.535	3.053	454	11.332	2.030.668
Baixas	-	-	(61.136)	(4.004)	(4)	(110)	(65.254)
Transferências (b)	6.916	-	(941.554)	-	-	(6.642)	(941.280)
Em 31 de dezembro de 2024	16.716	25.981	7.052.920	49.525	3.474	25.839	7.174.455
Adições	409	2.666	1.584.733	635	180	3.944	1.592.567
Baixas	(785)	(927)	(47.382)	(22.160)	(19)	(589)	(71.862)
Transferências (b)	6.891	-	(1.708.669)	-	-	(6.891)	(1.708.669)
Em 31 de dezembro de 2025	23.231	27.720	6.881.602	28.000	3.635	22.303	6.986.941
Depreciação							
Em 31 de dezembro de 2023	(1.710)	(5.697)	(960.941)	(20.035)	(1.325)	(8.955)	(1.003.663)
Depreciação	(2.756)	(4.899)	(522.935)	(3.742)	(257)	(2.310)	(536.899)
Baixas	-	-	36.610	2.691	1	-	39.302
Transferências (b)	-	-	254.009	-	-	(561)	253.448
Em 31 de dezembro de 2024	(4.466)	(10.596)	(1.193.257)	(26.086)	(1.581)	(11.826)	(1.247.812)
Depreciação	(4.410)	(5.738)	(590.365)	(2.026)	(276)	(2.952)	(605.767)
Baixas	263	485	(1.324)	14.618	4	21	14.067
Transferências (b)	-	-	460.381	-	-	-	460.381
Em 31 de dezembro de 2025	(8.613)	(15.849)	(1.324.565)	(13.494)	(1.853)	(14.757)	(1.379.131)
Valor líquido							
Em 31 de dezembro de 2024	12.250	15.385	5.859.663	23.439	1.893	14.013	5.926.643
Em 31 de dezembro de 2025	14.618	11.871	5.557.037	14.506	1.782	7.546	5.607.360
Consolidado	Edifícios	Direito de uso					Total
Em 31 de dezembro de 2023							
(reclassificado)	102.169	300.809	11.872.567	54.799	20.105	43.818	12.394.267
Adições	33.523	127.264	4.348.166	3.053	4.147	16.293	4.532.446
Baixas	(6.544)	(63.082)	(114.302)	(4.004)	(98)	(673)	(188.703)
Transferências (b)	6.917	-	(3.708.077)	(4.323)	-	(2.560)	(3.708.043)
Em 31 de dezembro de 2024	136.065	364.991	12.398.354	49.525	24.154	56.878	13.029.967
Adições	41.076	36.789	4.426.501	635	3.522	8.128	4.516.651
Baixas	(14.790)	(25.955)	(67.542)	(22.160)	(520)	(1.682)	(132.649)
Transferências (b)	6.891	-	(4.596.516)	-	-	(6.891)	(4.596.516)
Em 31 de dezembro de 2025	169.242	375.825	12.160.797	28.000	27.156	56.433	12.817.453
Depreciação							
Em 31 de dezembro de 2023	(43.096)	(119.454)	(1.476.048)	(26.022)	(7.182)	(18.569)	(1.690.371)
Depreciação	(21.404)	(73.255)	(1.006.680)	(3.742)	(2.154)	(6.518)	(1.113.753)
Baixas	3.565	63.082	40.406	2.691	29	319	110.092
Transferências (b)	(2.390)	(2)	736.210	987	-	(1.550)	733.255
Em 31 de dezembro de 2024	(63.325)	(129.629)	(1.706.112)	(26.086)	(9.307)	(26.318)	(1.960.777)
Depreciação	(25.937)	(83.973)	(1.047.418)	(2.026)	(2.446)	(7.455)	(1.169.255)
Baixas	8.365	25.513	2.603	14.618	152	588	51.839
Transferências (b)	-	-	968.704	-	-	-	968.704
Em 31 de dezembro de 2025	(80.897)	(188.089)	(1.782.223)	(13.494)	(11.601)	(33.185)	(2.109.489)
Valor líquido							
Em 31 de dezembro de 2024	72.740	235.362	10.692.242	23.439	14.847	30.560	11.069.190
Em 31 de dezembro de 2025	88.345	187.736	10.378.574	14.506	15.555	23.248	10.707.964

(a) Grupo de ativo imobilizado sujeito a arrendamentos operacionais.
(b) Contemplam as transferências dos veículos desativados para renovação da frota para ativos à venda, transferências para imobilização definitiva e máquinas e equipamentos não destinadas à locação.

13.1. Direito de uso

O Grupo, em decorrência de suas operações, aluga imóveis para instalação de suas lojas para o aluguel de veículos e venda de seminários, incluindo lojas de rua, shoppings, aeroportos e escritórios administrativos. Os valores de arrendamento estão registrados na conta de direito de uso, na rubrica de "ativo imobilizado", e sua depreciação está ocorrendo no prazo de vigência contratual.

Para determinar o prazo de arrendamento, foi considerado o prazo contratual. Se o contrato contiver cláusula que especifique a renovação automática pelo mesmo período ou outro, e existindo a vontade da Companhia em permanecer no imóvel, o cálculo do prazo do arrendamento será a soma de ambos os prazos. Se o contrato não especificar, ou especificar que a renovação será prorrogada somente com o consentimento de ambas as partes, o prazo do arrendamento será o prazo contido no contrato. Ademais, a Companhia não possui contratos firmados com prazos indeterminados.

A movimentação do passivo de arrendamento por direito de uso e o cronograma de desembolsos futuros estão divulgados na nota explicativa nº 18.

13.2. Conciliação da depreciação e amortização para fins de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa

	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação de imobilizado	13	(605.767)	(536.899)	(1.169.255)	(1.113.753)
Amortização de intangível	14	(34.667)	(25.142)	(65.547)	(44.671)
PIs/COFINS sobre amortização do ativo de direito de uso	-	-	-	6.642	5.545
		(640.434)	(562.041)	(1.238.160)	(1.162.879)

14. INTANGÍVEL

A movimentação do custo, da amortização acumulada e do valor contábil líquido do intangível é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação de imobilizado	13	(605.767)	(536.899)	(1.169.255)
Amortização de intangível	14	(34.667)	(25.142)	(65.547)
PIs/COFINS sobre amortização do ativo de direito de uso	-	-	-	6.642
		(640.434)	(562.041)	(1.162.879)

14.1. Intangível

A movimentação do custo, da amortização acumulada e do valor contábil líquido do intangível é apresentada a seguir:

	Controladora	Softwares	
		31/12/2025	31/12/2024
Em 31 de dezembro de 2023		179.111	60.654
Adições		-	(218)
Baixas		-	239.547
Em 31 de dezembro de 2024		179.111	60.117
Adições		-	65.307
Baixas		-	(1.511)
Em 31 de dezembro de 2025		179.111	63.913
Amortização			
Em 31 de dezembro de 2023		(69.047)	(25.142)
Amortização		-	(94.189)
Baixas		-	(34.667)
Em 31 de dezembro de 2024		(103.754)	(113.998)
Amortização		-	(128.856)
Baixas		-	-
Em 31 de dezembro de 2025		(103.754)	(142.854)
Amortização			
Em 31 de dezembro de 2023		(73.714)	(100)
Amortização		(44.615)	(56)
Baixas		-	31
Em 31 de dezembro de 2024		(118.329)	(125)
Amortização		(65.500)	(47)
Baixas		13	13
Em 31 de dezembro de 2025		(183.816)	(172)
Valor líquido			
Em 31 de dezembro de 2024		276.714	95.639
Em 31 de dezembro de 2025		332.181	58

A Companhia adota o método linear para amortização dos softwares e fundo de comércio, pelo prazo de 5 anos, a partir da vida útil estimada. A Companhia não identificou indicadores de impairment para os ativos intangíveis de vida útil indefinida em 31 de dezembro de 2025.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Veículos, tratores, colhedoras, máquinas e equipamentos	344.674	525.266	1.099.523	1.259.689
Contas a pagar com partes relacionadas	1.283	3.258	-	-
Outros	72.712	66.912	159.601	161.560
	418.669	595.436	1.259.124	1.421.249

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

15.1. Risco sacado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Risco sacado (veículos, máquinas e equipamentos)	55.523	61.607	56.844	144.286
	55.523	61.607	56.844	144.286

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empresa	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Unidas	Empréstimo em moeda estrangeira (a)	146.881	247.931	146.881	247.931
Unidas	Empréstimo em moeda estrangeira (b)	418.236	450.970	418.236	450.970
Unidas	Empréstimo em moeda estrangeira (h)	345.530	378.566	345.530	378.566
Unidas	Empréstimo em moeda estrangeira (i)	286.612	-	286.612	-
Unidas	Capital de giro (CDI) (c) (d)	1.037.394	1.032.610	1.037.394	1.032.610
Unidas	Capital de giro (IPCA)	18.409	18.473	18.409	18.473
Unidas	Capital de giro (Pré)	182.346	182.285	182.346	182.285
Unidas	Capital de giro (CDI) (e)	221.232	265.042	221.232	265.042
Unidas	Capital de giro (CDI) (j)	221.549	-	221.549	-
Unidas	Empréstimo em moeda estrangeira (f)	-	-	937.090	231.617
Unidas	Empréstimo em moeda estrangeira (g)	-	-	208.242	1.042.274
Unidas	Empréstimo em moeda estrangeira (k)	2.878.189	2.575.877	4.023.521	3.849.768
		(5.012)	(6.929)	(8.257)	(11.945)
		2.873.177	2.568.948	4.015.264	3.837.823
Passivo circulante		230.419	109.001	625.085	123.221
Passivo não circulante		2.642.758	2.459.947	3.390.179	3.714.602

(a) Em dezembro de 2021, a Companhia firmou operação de empréstimo externo nos termos da Lei nº 4.131/1962, sendo que o ingresso de recursos ocorreu em uma tranche de USD40.000 em 15 de dezembro de 2023, totalizando R\$224.740. Para cobertura do risco de exposição cambial, foi contratada operação de swap vinculada, designada formalmente como hedge accounting. Os recursos foram captados para o curso normal dos negócios da Companhia, para compra de ativos para investimento. O pagamento de juros ocorre semestralmente.

(b) Em 28 de dezembro de 2023 a Companhia firmou operação de empréstimo externo nos termos da Lei 4.131/1962, sendo que o ingresso de recursos ocorreu em uma tranche de USD75.000 em 28 de dezembro de 2023, totalizando R\$365.250. Para cobertura do risco de exposição cambial foi contratada operação de swap vinculada. Os recursos foram captados para o curso normal dos negócios da Companhia, para compra de ativos para investimento. O pagamento de juros ocorre semestralmente.

(c) Em novembro de 2022, a Companhia firmou operação de empréstimo no valor de R\$508.326. Os recursos foram captados para o curso normal dos negócios e investimento da Companhia. A remuneração da operação é de CDI + 2,24% a.a. e o pagamento dos juros ocorre semestralmente.

(d) Em 20 de outubro de 2023, a Companhia firmou operação de empréstimo no valor de R\$505.680. Os recursos foram captados para o curso normal dos negócios e investimento da Companhia. A remuneração da operação é de CDI + 2,58% a.a. e o pagamento dos juros ocorre semestralmente.

(e) Em 20 de dezembro de 2023 a Companhia firmou operação de empréstimo no valor de R\$250.000. Os recursos foram captados para o curso normal dos negócios da Companhia. A remuneração da operação é de CDI + 2,25% a.a. e o pagamento dos juros ocorre semestralmente.

(f) Em 3 de outubro de 2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Cedar Locações e Investimentos S.A. (incorporada pela Unidas Locadora em janeiro de 2023), a contratação de empréstimo na modalidade 4131, junto ao The Bank of Nova Scotia, no montante de R\$200.000, equivalente a US\$36.934 na contratação, com vencimento em 7 de outubro de 2027, bem como a contratação de swap casado para CDI+1,95% a.a., nos termos e condições previstos no Credit Agreement. Os recursos líquidos obtidos pela Cedar Locações foram captados para o curso normal dos negócios, para reforço de caixa. (Obs.: captação advinda da incorporação reversa da Cedar Locações).

(g) Em 3 de outubro de 2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Unidas Locadora, a contratação de empréstimo na modalidade 4131, junto ao The Bank of Nova Scotia, no montante de R\$900.000, equivalente a US\$166.205 na contratação, com vencimento em 7 de outubro de 2027, bem como a contratação de swap casado para CDI+1,95% a.a., nos termos e condições previstos no Credit Agreement. Os recursos líquidos obtidos pela Unidas Locadora foram captados para o curso normal dos negócios, para reforço de caixa.

(h) Em 8 de novembro de 2024 a Companhia firmou nova operação de empréstimo externo nos termos da Lei 4.131/1962, sendo que o ingresso de recursos ocorreu em uma tranche de USD 60.000, totalizando R\$349.800. Para cobertura do risco de exposição cambial foi contratada operação de swap vinculada. A data de vencimento de principal será em 5 anos, sendo 50% com vencimento em 8 de novembro de 2028 e o restante 50% do principal em 8 novembro de 2029. A remuneração da operação é de CDI + 2% a.a. e o pagamento dos juros ocorre semestralmente. Os recursos foram captados para o curso normal dos negócios da Companhia, para compra de ativos para investimento.

(i) Em 8 de agosto de 2025 a Companhia firmou nova operação de empréstimo em moeda estrangeira nos termos da Lei 4.131/1962, com valor de USD 50.000 e convertido em reais R\$280.000, junto ao Banco Scotiabank. Para cobertura do risco de exposição cambial foi contratada operação de swap vinculada. A data de vencimento de principal será em 5 anos, sendo 50% com vencimento em 8 de agosto de 2029 e o restante 50% do principal em 8 agosto de 2030. A remuneração será CDI + 2,15% a.a. e o pagamento de juros ocorre semestralmente. Os recursos foram captados para o curso normal dos negócios da Companhia, para compra de ativos para investimento.

(j) Em 22 de setembro de 2025 a Companhia firmou nova operação de empréstimo em moeda estrangeira nos termos da Lei 4.131/1962 Síntetica de Capital de Giro convertido em reais R\$212.040, junto ao Banco Natixis. A data de vencimento será em 18 meses, e o pagamento do principal será bullet, somente em 22 de março de 2027. A remuneração será CDI + 1

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 DA UNIDAS LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(o) Em 15 de dezembro de 2023, a Unidas Locadora realizou Oferta Privada de 250.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 160, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em 3 séries, da 3ª emissão da Emissora, sendo (i) 51.250 Debêntures da 1ª Série; (ii) 116.250 Debêntures da 2ª Série; e (iii) 82.500 Debêntures da 3ª Série, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de 250.000. As Debêntures foram subscritas exclusivamente pela Securitizadora no âmbito da Operação de Securitização, para compor integralmente o lastro dos CRI. A data de vencimento das séries serão, (i) 60 meses para a 1ª série, com amortização prevista para o 60º mês, (ii) 60 meses para a 2ª série, com amortização prevista para o 60º mês, e (iii) 84 meses para a 3ª série, com amortização prevista para o 72º e 84º meses. A remuneração das séries serão (i) CDI + 1,70% a.a. para a 1ª série, (ii) Prê de 12,5% a.a. para a 2ª série, e (iii) IPCA + 7,50% a.a. para a 3ª série. As debêntures são da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional. Os recursos líquidos foram captados para o (a) pagamento de aluguéis devidos e ainda não incorridos pela Emissora e/ou suas Controladas, em razão dos contratos de locação, (b) reembolso dos gastos já incorridos pela Emissora referente ao pagamento de aluguéis em razão dos contratos de locação.

(p) Em 28 de junho de 2024, a Unidas Locadora aprovou a emissão de 270.000 notas comerciais escriturais de distribuição privada, sob a forma escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados, em série única da 2ª emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$270.000. A data de vencimento da série única será em três anos, com vencimento em 25 de junho de 2027. A remuneração da série será CDI + 2,00% a.a. As notas comerciais e escriturais contam com garantia fidejussória. Os recursos líquidos foram captados para Capex.

(q) Em 17 de dezembro de 2024, a Companhia realizou Oferta Pública de 600.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 160, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados em série única, da 19ª emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$600.000. A data de vencimento da série única será em 60 meses, com vencimento previsto para amortização no 48º e 60º mês. A remuneração da série será CDI + 2,50% a.a. As debêntures são da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. Os recursos líquidos foram captados integralmente para fins corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando, a capital de giro, gestão de caixa e reforço de liquidez.

(r) Em 28 de março de 2025, a Companhia aprovou a emissão de 200.000 notas comerciais escriturais de distribuição privada, sob a forma escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados, em série única da 2ª emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$200.000. A data de vencimento da série única será em três anos, com vencimento em 28 de março de 2028. A remuneração da série será CDI + 2,25% a.a. As notas comerciais e escriturais contam com garantia fidejussória. Os recursos líquidos foram captados para Capex.

(s) Em 23 de abril de 2025, a Unidas Locadora realizou Oferta Pública de 800.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 160, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados em série única, da 4ª emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$800.000. A data de vencimento da série única será em 72 meses, com vencimento previsto para amortização anual no 60º e 72º mês. A remuneração da série será CDI + 2,10% a.a. As debêntures são da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. Os recursos líquidos foram captados integralmente para fins corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando, a gestão de passivos (*liability management*) por meio de resgate, total ou parcial, da 1ª Emissão de Debêntures da Emissora, e o saldo remanescente para reforço de caixa.

(t) Em 7 de maio de 2025, a Companhia aprovou a emissão de 350.000 notas comerciais escriturais de distribuição pública, sob a forma escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados, em série única da 3ª emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$350.000. A data de vencimento da série única será em três anos, com vencimento em 7 de maio de 2028. A remuneração da série será CDI + 2,10% a.a. As notas comerciais e escriturais contam com garantia fidejussória. Os recursos líquidos foram captados para reforço de caixa e capital de giro da Emitente, incluindo o pagamento de dívidas vincendas no curso normal da Companhia.

(u) Em 16 de maio de 2025, a Companhia realizou Oferta Pública de 450.000 debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 160, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa e escritural, em série única, da 20ª emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$450.000. A data de vencimento da série única será em 36 meses com a amortização bullet. A remuneração da série será CDI + 2,30% a.a. As debêntures são da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. Os recursos líquidos foram captados para fins corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando, a capital de giro, gestão de caixa e reforço de liquidez.

(v) Custos de transação: os custos de transação incorridos no processo das emissões de debêntures, das notas promissórias e notas comerciais, ainda não apropriados ao resultado da Companhia, foram apresentados reduzindo o saldo passivo e computados na taxa efetiva dos juros. Os saldos dos custos de transação serão apropriados ao resultado pelo mesmo prazo de vencimento de cada dívida. Em 31 de dezembro de 2025, as debêntures e notas comerciais registradas no passivo, brutas dos custos de transação, têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora					
	2021 em diante	2026	2027	2028	2029	2030
Modalidade	Valor	2026	2027	2028	2029	2030
Debêntures	4.381.615	489.184	329.494	2.134.494	1.239.723	70.744
Notas Comerciais	566.563	16.563	–	550.000	–	–
	4.948.178	505.747	329.494	2.684.494	1.239.723	70.744
Modalidade	Valor	2026	2027	2028	2029	2030
Debêntures	7.189.124	1.338.758	1.079.494	2.301.994	1.363.908	586.994
Notas Comerciais	1.202.057	16.946	335.111	550.000	300.000	–
	8.391.181	1.355.704	1.414.605	2.851.994	1.663.908	586.994

17.1. Custos de transação a apropriar

Os custos de transação ainda não apropriados ao resultado são apresentados reduzindo o saldo do passivo e apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos a serem apropriados ao resultado em exercícios subsequentes são compostos como segue:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	–	(6.579)	–	(16.157)
2026	(7.648)	(5.310)	(18.371)	(14.489)
2027	(6.960)	(4.579)	(15.614)	(11.688)
2028	(4.917)	(3.963)	(8.383)	(5.885)
2029	(2.568)	(2.406)	(5.349)	(4.325)
2030 em diante	(1.297)	(1.297)	(3.686)	(2.614)
	(23.990)	(24.134)	(51.403)	(55.158)

17.2. Características do endividamento

As principais características das debêntures e notas comerciais estão apresentadas a seguir:

Empresa	Título de dívida	Taxa	Ano de vencimento	Garantias	Amortização	Juros	Covenants financeiros
Unidas	Debêntures - 5ª						
	Emissão - 1ª série	IPCA + 4,40% a.a.	2029	Quirografária	Bullet	Semestral	(a)
	Debêntures - 5ª						
	Emissão - 2ª série	8,50% a.a.	2034	Quirografária	do 8º ano	Semestral	(a)
Unidas	Debêntures - 6ª						
	Emissão - 1ª série	IPCA + 4,40% a.a.	2029	Quirografária	Bullet	Semestral	(a)
	Debêntures - 6ª						
	Emissão - 2ª série	8,50% a.a.	2034	Quirografária	do 8º ano	Semestral	(a)
Unidas	Debêntures - 10ª						
	Emissão	CDI + 2,40% a.a.	2026	Quirografária	48º e 60º mês	Semestral	(a)
Unidas	Debêntures - 11ª						
	Emissão	CDI + 2,45% a.a.	2027	Quirografária	48º e 60º mês	Semestral	(a)
Unidas	Debêntures - 12ª						
	Emissão	CDI + 2,40% a.a.	2028	Quirografária	48º e 60º mês	Semestral	(a)
Unidas	Debêntures - 13ª						
	Emissão	CDI + 2,40% a.a.	2028	Quirografária	51º e 57º mês	Semestral	(b)
Unidas	Debêntures - 14ª						
	Emissão/CRA - 1ª série	CDI + 1,70% a.a.	2028	Quirografária e Fidejussória	Bullet	Semestral	(b)
Unidas	Debêntures - 14ª						
	Emissão/CRA - 2ª série	12,50% a.a.	2028	Quirografária e Fidejussória	Bullet	Semestral	(b)
Unidas	Debêntures - 15ª						
	Emissão/CRA - 3ª série	IPCA + 7,50% a.a.	2030	Fidejussória	72º e 84º mês	Semestral	(b)
Unidas	Debêntures - 17ª						
	Emissão	CDI + 2,38% a.a.	2026	Quirografária	24º e 36º mês	Semestral	(a)
Unidas	Debêntures - 18ª						
	Emissão	CDI + 2,40% a.a.	2029	Quirografária e Fidejussória	48º e 60º mês	Semestral	(a)
Unidas	Debêntures - 19ª						
	Emissão	CDI + 2,70% a.a.	2029	Quirografária e Fidejussória	48º e 60º mês	Semestral	(b)
Unidas	Debêntures - 20ª						
	Emissão	CDI + 2,50% a.a.	2029	Fidejussória	48º e 60º mês	Semestral	(b)
Unidas	Debêntures - 20ª						
	Emissão	CDI + 2,30% a.a.	2028	Quirografária e Fidejussória	Bullet	Semestral	(b)
Unidas	Notas comerciais - 2ª						
	Nota comercial	CDI + 2,25% a.a.	2028	Quirografária e Fidejussória	Bullet	Semestral	(b)
Unidas	Notas comerciais - 3ª						
	Nota comercial	CDI + 2,10% a.a.	2028	Quirografária e Fidejussória	Bullet	Semestral	(b)
Unidas	Debêntures - 1ª						
	Emissão	CDI + 2,10% a.a.	2028	Quirografária e Fidejussória	Bullet	Semestral	(b)
Unidas	Debêntures - 2ª						
	Emissão	CDI + 2,30% a.a.	2030	Fidejussória	72º e 84º mês	Semestral	(b)
Unidas	Debêntures - 3ª						
	Emissão	CDI + 2,00% a.a.	2027	Quirografária e Fidejussória	48º e 60º mês	Semestral	(b)
Unidas	Debêntures - 3ª						
	Emissão/CRI 1ª série	CDI + 1,70% a.a.	2028	Quirografária e Fidejussória	Bullet	Semestral	(b)
Unidas	Debêntures - 3ª						
	Emissão/CRI 2ª série	12,50% a.a.	2028	Quirografária e Fidejussória	Bullet	Semestral	(b)
Unidas	Debêntures - 3ª						
	Emissão/CRI 3ª série	IPCA + 7,50% a.a.	2030	Fidejussória	72º e 84º mês	Semestral	(b)
Unidas	Debêntures - 4ª						
	Emissão	CDI + 2,10% a.a.	2031	Quirografária e Fidejussória	60º e 72º mês	Semestral	(b)
Unidas	Notas comerciais - 1ª						
	Nota comercial	CDI + 2,20% a.a.	2029	Quirografária e Fidejussória	Bullet	Semestral	(b)
Unidas	Notas comerciais - 2ª						
	Nota comercial	CDI + 2,00% a.a.	2027	Quirografária e Fidejussória	Bullet	Semestral	(b)

17.3. Covenants

A Companhia e a Unidas Locadora (controlada) assumiram a obrigação de cumprir determinadas cláusulas restritivas de vencimento antecipado (*covenants*) apuradas anualmente e trimestralmente, tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência por parte da Companhia que não seja devidamente elidida no prazo legal; (ii) questões relacionadas à inadimplência, não curadas no prazo previsto, em valor individual ou agregado igual ou superior a 3% do patrimônio líquido médio consolidado apurado nos últimos três trimestres; (iii) redução de capital da Unidas, exceto se previamente autorizadas pelos debenturistas; (iv) não manutenção de índices financeiros (*covenants* financeiros) apurados trimestralmente, com base nas informações contábeis consolidadas da Companhia; e (v) rebatimento do *rating* da Companhia não permitindo ser inferior à categoria "A"(bra).

Os *covenants* financeiros aplicáveis a cada contrato estão demonstrados a seguir:

Índice	Limites	
	Igual ou inferior a 0,95	Igual ou inferior a 2,75
Divida Financeira Líquida/Imobilizado		
Divida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado de Operações Financeiras (a)		
EBITDA Ajustado de Operações Financeiras (a)/Despesas Financeiras Líquidas Igual ou superior a 3,00		
(a) O EBITDA Ajustado de Operações Financeiras, específico para esses contratos, é calculado considerando o EBITDA ajustado conforme previsto contratualmente, com o acréscimo da receita proveniente da venda de ativos.		
(b) 13ª, 14ª, 18ª, 19ª e 20ª emissão de debêntures e 2ª e 3ª emissão de notas comerciais da Unidas Locações; 1ª, 2ª, 3ª e 4ª emissão de debêntures e 1ª e 2ª emissão de notas comerciais da Unidas Locadora - calculado pela Unidas Locações e Serviços S.A., com base em suas informações contábeis consolidadas.		
Índice		
Divida Financeira Líquida (a)/EBITDA		
(a) O saldo a receber de cartão de crédito é considerado como disponibilidades de caixa na composição da dívida financeira líquida. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a receber de cartão de crédito era de R\$297.847 (R\$248.716 em 31 de dezembro de 2024).		

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e sua controlada estão em conformidade com todos os *covenants* financeiros e não financeiros requeridos pelas debêntures e notas comerciais.

18. ARRENDAMENTOS

18.1. Arrendatário - arrendamento por direito de uso

Em 31 de dezembro de 2025, a movimentação do passivo de arrendamento por direito de uso está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	11.312	198.138
Adições	12.294	127.264
Baixas de contratos	–	(807)
Pagamento de principal	(5.961)	(72.969)
Pagamento de juros	(965)	(9.729)
Provisão de juros	2.506	28.376
Em 31 de dezembro de 2024	19.186	260.273
Adições	2.666	36.789
Baixas de contratos	(619)	(2.392)
Pagamento de principal	(6.690)	(85.900)
Pagamento de juros	(1.223)	(23.487)
Provisão de juros	2.497	30.405
Em 31 de dezembro de 2025	15.817	215.688

O passivo de arrendamento em aberto está mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimo. A taxa média de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2025 é de 12,53% a.a. para a controladora e 14,88% a.a. para o consolidado (11,21% a.a. para a controladora e 12,11% a.a. para o consolidado em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo de arrendamento possui o seguinte cronograma de desembolso mínimo, por ano:

	Controladora	Consolidado
2025	–	109.904
2026	7.336	89.907
2027 em diante	11.882	113.597
	19.218	313.408
Ajuste a valor presente	(3.401)	(97.720)
Passivo de arrendamento	15.817	215.688
Circulante	5.700	95.846
Não circulante	10.117	119.842

Aspectos relevantes
A Companhia apresenta, a seguir, o quadro comparativo com os potenciais efeitos sobre os saldos do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, a partir de uma inflação projetada de 3,97% ao ano para 2025, 3,80% para o ano de 2026, 3,50% para o ano de 2027 e 3,50% para os anos posteriores a 2027, conforme Boletim Focus de 06 de fevereiro de 2026. Apresentamos os efeitos abaixo nas colunas "com inflação" comparados com os montantes contabilizados em 31 de dezembro de 2025, na coluna "sem inflação".

	Controladora						Consolidado							
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024			
	Sem	Com	%	Sem	Com	%	Sem	Com	%	Sem	Com	%		
Passivo de arrendamento	18	15.817	17.420	10,13%	19.186	21.185	10,42%	18	215.688	232.783	7,93%	260.273	284.878	9,45%
Despesas de depreciação	13	(5.738)	(6.409)	11,69%	(4.899)	(5.620)	14,22%	13	(83.973)	(93.796)	11,70%	(73.255)	(83.104)	13,44%
Despesas financeiras	26	(2.497)	(2.789)	11,69%	(2.506)	(2.875)	14,72%	26	(29.027)	(32.423)	11,70%	(27.143)	(30.803)	13,48%

Passivo de arrendamento
Despesas de depreciação
Despesas financeiras
Em 31 de dezembro de 2025, o valor estimado do crédito de PIS e COFINS embutido nas contraapreções não descontadas de arrendamento totaliza R\$1.378 no consolidado (R\$1.233 em 31 de dezembro de 2024).

18.2. Arrendador

A Companhia tem contratos de aluguel de sua frota firmados com clientes cujo prazo de duração varia entre 1 e 8 anos. Esses contratos são classificados como arrendamento operacional. Os veículos, trailers e colhedoras são vendidos a terceiros quando devolvidos pelos clientes. Os contratos de aluguel de frota podem incluir manutenção preventiva e corretiva, substituição de carros e outros itens acessórios, conforme composição definida pelo cliente.

Os valores divulgados na tabela a seguir são os valores brutos mínimos contratados (geração líquida futura de caixa) a serem recebidos relativos aos contratos de aluguel em aberto em 31 de dezembro de 2025:

Ano	Locações a receber		
	Controladora	Consolidado	
2026	1.453.527	1.507.050	
2027			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 DA UNIDAS LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo das reservas de lucros está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Reserva legal	17.077	16.991
Reserva de reforço do capital de giro	42.753	41.534
	59.830	58.525

22.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício após dedução da reserva legal, conforme o parágrafo segundo artigo 36º, do Estatuto Social, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O Estatuto Social permite, ainda, por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, distribuições de dividendos intercalares e intermediários e o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social.

Em 22 de dezembro de 2023, foi deliberado em Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$23.929, e que foi imputado ao valor do dividendo obrigatório do exercício de 2023, cujo pagamento será realizado em dezembro de 2026 (a data do pagamento foi postergada de 2025 para 2026, conforme Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2024, foi deliberado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$54.000, imputado ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2024, e cujo pagamento será realizado em dezembro de 2026.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia provisionou dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$406, cuja distribuição foi aprovada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2026.

A composição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	1.711	100.562
Reserva legal (5%)	(86)	(5.028)
Resultado do exercício ajustado, base para proposição de dividendos	1.625	95.534
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	406	23.884
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos/distribuídos:		
Juros sobre o capital próprio	-	54.000
Dividendos	406	-
	406	54.000

Percentual sobre o resultado do exercício deduzido da reserva legal
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em unidade mil)

	25,00%	56,52%
Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação (em R\$)	1.458.676	1.458.676
	0,0003	0,0370

22.5. Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconheceu no exercício findo de 31 de dezembro de 2025 outros resultados abrangentes no valor de R\$5.255 (R\$8.735 em 31 de dezembro de 2024), líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, referente aos efeitos da aplicação do hedge accounting sobre empréstimos em moeda estrangeira.

O saldo ajuste de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2025 é de R\$1.447 (R\$6.702 em 31 de dezembro de 2024).

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023		(15.437)
Hedge accounting - fluxo de caixa		13.237
Imposto de renda e contribuição social diferido - hedge accounting		(4.502)
Outros resultados abrangentes		(6.702)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		(6.702)
Hedge accounting - fluxo de caixa		7.951
Imposto de renda e contribuição social diferido - hedge accounting		(2.706)
Outros resultados abrangentes		5.255
Saldo em 31 de dezembro de 2025		(1.447)

23. RESULTADO POR AÇÃO

23.1. Resultado por ação básico

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os valores do resultado e a quantidade média de ações utilizadas no cálculo do resultado por ação básico para cada um dos exercícios apresentados na demonstração do resultado:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	1.711	100.562
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em unidade mil)	1.458.676	1.458.676
Resultado por ação básico - R\$	0,0012	0,0689

23.2. Resultado por ação diluído

No cálculo do resultado por ação diluído, a média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício é ajustada para refletir a conversão de todas as ações preferenciais potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas opções de compra de ações que se enquadrariam na categoria de ações preferenciais potenciais, que provocariam diluição.

O quadro a seguir apresenta os valores do resultado e a quantidade média de ações considerados no cálculo do resultado por ação diluído para cada um dos exercícios apresentados na demonstração do resultado:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	1.711	100.562
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em unidades mil)	1.458.676	1.458.676
Efeito potencial de opção de compra de ações preferenciais em quantidade (em unidades mil)	26.502	27.329
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais para o resultado diluído por ação (em unidades mil)	1.485.178	1.486.005
Resultado por ação diluído - R\$	0,0012	0,0677

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A seguir apresentamos a reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Localização, gestão e terceirização de frota	2.308.158	2.062.067
Ativos alienados para renovação da frota (*)	1.135.771	742.723
Recarga operacional bruta	3.443.929	2.804.790
Programa de fidelidade	-	-
Devoluções e abatimentos	(66.649)	(88.862)
Impostos incidentes (*)	(221.125)	(195.296)
Recarga operacional líquida	3.156.155	2.520.632
A composição da receita líquida reconhecida durante o exercício em cada categoria significativa é como segue:		
	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Localização, gestão e terceirização de frota	2.022.588	1.778.860
Ativos alienados para renovação da frota (*)	1.133.567	741.772
Recarga operacional líquida	3.156.155	2.520.632

(*) Não há a incidência dos impostos PIS e COFINS sobre a venda de seminovos já que eles são caracterizados como ativo imobilizado.

25. NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Despesas com vendas, gerais e administrativas		Total
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Custo de venda dos veículos seminovos	(1.078.820)	(659.955)	-	-	(1.078.820)
Manutenção, taxas veiculares, roubos e sinistros	(273.038)	(251.510)	(2.203)	3.638	(275.241)
Depreciação e amortização	(596.460)	(523.807)	(43.974)	(38.234)	(640.434)
Despesas e custos com pessoal	(183.817)	(184.238)	(121.218)	(117.699)	(305.035)
Propaganda e marketing	-	-	(3.948)	(3.005)	(3.948)
Comissões, taxas e serviços de terceiros	(18.801)	(17.075)	(28.781)	(25.728)	(47.582)
Perdas de crédito esperadas de contas a receber e reembolsáveis	-	-	(23.230)	(14.488)	(23.230)
Recuperação de créditos de PIS/COFINS	155.442	136.644	-	-	155.442
Outros	(25.244)	(29.076)	(22.708)	(21.116)	(47.922)
	(2.020.738)	(1.529.017)	(246.062)	(216.632)	(2.266.800)

Carlos Augusto Moreira Diretor Presidente	Felipe Melo Franco Abud Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	Manuel Messias Rodrigues da Silva Diretor Comercial de Frotas
--	---	--

Alexandre Honore Marie Thiollier Neto Presidente do Conselho de Administração	Cláudio José Zattar Vice-Presidente do Conselho de Administração	Patrick Magalhães Von Schaaffhausen Membro Efetivo do Conselho de Administração	Rafael Thor de Moura Rebelo Rocha Membro Efetivo do Conselho de Administração
--	---	--	--

CONTADOR			
Leandro Lucio Gomes da Silva - CRC MG-093866/0-3			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Acionistas, Conselheiros(as) e Diretores(as) da Unidas Locações e Serviços S.A.

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unidas Locadora S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações finance

→★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA UNIDAS LOCAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Determinação da vida útil e valor residual dos ativos destinados à locação

Conforme descritos nas notas explicativas 3.6.c), 4.2 e 13, a Companhia e suas controladas determinam o cálculo de depreciação dos ativos destinados à locação por meio de uma estimativa do valor depreciável pela diferença entre o custo de aquisição e seu valor residual estimado de venda ao final da sua vida útil, deduzido dos descontos comerciais e das despesas de venda, que são definidos com base no histórico da Companhia. Devido ao julgamento envolvido nas estimativas para determinação da vida útil e valor residual e, conseqüentemente, do valor depreciável dos ativos destinados à locação, existem riscos de impactos relevantes no resultado de cada período e, portanto, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos processos e controles internos chaves relacionados à determinação da vida útil e valor residual e, conseqüentemente, ao cálculo da depreciação dos ativos destinados à locação; (ii) avaliação das premissas-chaves utilizadas pela diretoria para determinação do valor depreciável e vida útil dos ativos, o que incluiu a estimativa do valor residual dos ativos ao final da vida útil a partir do preço estimado de venda, deduzido das despesas com venda e descontos comerciais historicamente praticados; (iii) recálculo, em bases amostrais, dos custos de depreciação do período para os ativos considerando as premissas avaliadas; (iv) avaliação, em bases amostrais, dos preços estimados de venda com dados de mercado; (v) comparação, em bases amostrais, dos valores residuais estimados historicamente com os preços praticados em vendas desses ativos realizadas no período; (vi) exame de documentação utilizada pela diretoria como suporte às premissas-chave adotadas e cálculos realizados; e (vii) avaliação das divulgações incluídas pela diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as premissas adotadas para determinação da vida útil e do valor residual estimados dos ativos destinados a venda e o cálculo da depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, assim como as divulgações nas notas explicativas nos 3.6.c), 4.2 e 13, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita de prestação de serviço de locação

Conforme descrito nas notas explicativas 3.18 e 24, a Companhia conduz o negócio de prestação de serviços de locação através de contratos firmados junto a seus clientes, que estabelecem condições para o cumprimento da obrigação de performance e o conseqüente reconhecimento da receita em uma base mensal pelo período do contrato firmado e que o ativo permanece locado ao cliente.

Devido à relevância dos valores de prestação de serviço de locação, volume de transações e contratos com clientes, assim como pela existência de risco do não reconhecimento da receita de locação de acordo com as premissas do contrato na competência correta, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos processos e controles internos chaves relacionados ao reconhecimento de receita de locação da Companhia; (ii) análise de transações não usuais e correlação entre a receita registrada com o contas a receber e caixa e equivalentes de caixa; (iii) teste de auditoria, por amostragem, para análise da documentação suporte e contratos firmados entre a Companhia e seus clientes, para avaliação das condições para cumprimento da obrigação de performance; (iv) avaliação sobre o reconhecimento da receita na competência adequada durante e, também, ao final do período, através de procedimentos de corte da receita ("cut-off"); e (v) avaliação das divulgações incluídas pela diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento da receita da Companhia derivadas dos contratos de locação para suportar os julgamentos, estimativas e informações nas notas explicativas nos 3.18 e 24, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas aplicações.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 18 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/0
Rogério Xavier Magalhães
Contador - CRC MG-080613/0

EY Shape the future
with confidence

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 20/03/2026 09:46:08
Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>
Identificador de validação: 23d24fa6d52ef9c11f799e4dcb057a562215ff55b950bb1fe350ac61b981a076



Assinatura

Assinado em: 20/03/2026 09:46:17
Tipo de assinatura: Desenho na tela
Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CPF: 01993841938
E-mail: financeiro2@induscom.com.br
Identificador: 5cd8f1febcc014a705a6223143203997



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.18.111	-25.442329911363 , -49.25580722073	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 145.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



Documento final gerado em 20/03/2026 09:33:50

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 7b4fc0c05223f58ba546f789a7fdc4c258cc639a4b93db829dce95093e6b6b65



Assinatura

Assinado em: 20/03/2026 09:33:57

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 7bc12c99700822bf907523c4bc839963



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.15.156	-25.442329911363 , -49.25580722073	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 145.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

